



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE MARÇO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da apresentação de requerimentos e da resposta a alguns outros.

Em declaração política, a Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes) aproveitou o facto de ser o primeiro dia da Primavera para falar das dificuldades que a Humanidade tem ao nível da gestão da água, questões que foram abordadas no III Fórum Mundial da Água.

O Sr. Deputado Ascenso Simões (PS) teceu considerações sobre a situação do sector vitivinícola nacional, nomeadamente na Região Demarcada do Vinho do Douro. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Lino de Carvalho (PCP) e Costa e Oliveira (PSD).

O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) trouxe à colação os principais problemas que afectam as comunidades portuguesas no estrangeiro, referindo a importância das próximas eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas. Depois deu resposta ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Antonino Sousa (CDS-PP).

A Sr.^a Deputada Teresa Venda (PS) fez um balanço da evolução económica portuguesa no primeiro ano da Legislatura, criticando as medidas económicas do Governo.

A Sr.^a Deputada Paula Malojo (PSD) assinalou a comemoração do «Dia da Floresta» e do «Dia Mundial da Água» e respondeu a pedidos de esclarecimento da Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia (Os Verdes).

O Sr. Deputado Rodeia Machado (PCP) chamou a atenção da Câmara para a grave situação económico-financeira com que se defrontam as associações humanitárias e os seus corpos de bombeiros voluntários, acusou o Governo de falta de estratégia para o sector e apelou à revisão do Estatuto Social do Bombeiro. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento da Sr.^a Deputada Aurora Vieira (PSD).

O Sr. Presidente anunciou a apresentação na Mesa das moções de censura n.^{os} 1/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo seu

apoio ao desencadear de acções militares contra o Iraque de forma unilateral e sem apoio em resolução específica do Conselho de Segurança (PS), 2/IX — Ao XI Governo Constitucional por a guerra contra o Iraque violar a Carta das Nações Unidas e ser realizada à margem e contra o direito internacional (PCP), 3/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo apoio à guerra ilegal dos Estados Unidos da América e do Reino Unido contra o Iraque (BE) e 4/IX — Ao XV Governo Constitucional pela sua atitude de apoio à intervenção militar dos Estados Unidos da América contra o Iraque à margem de qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Os Verdes).

Ordem do dia. — Foi apreciada a petição n.^o 6/IX (1.^a) — Apresentada por Maria Eugénia Quintela e outros, solicitando que a Assembleia da República desenvolvesse esforços, junto do Governo, no sentido do restabelecimento do Instituto de Inovação Educacional, requerendo informação sobre a justificação da extinção do referido Instituto, bem como sobre a política subjacente e suas implicações para os agentes educativos. Pronunciaram-se os Srs. Deputados Carlos Antunes (PSD), Ana Benavente (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), João Teixeira Lopes (BE) e Luísa Mesquita (PCP).

Por último, a Câmara apreciou conjuntamente as petições n.^{os} 13/IX (1.^a) — Apresentada pela Comissão Nacional dos Expedicionários a Timor, solicitando que os ex-expedicionários a Timor, no período antes do 25 de Abril de 1974, sejam abrangidos no âmbito de aplicação da Lei n.^o 9/2002, de 11 de Fevereiro, e 14/IX (1.^a) — Apresentada pela Confederação Sindical Independente do Luxemburgo, solicitando que o âmbito de aplicação da Lei n.^o 9/2002, de 11 de Fevereiro, seja alargado, por forma a abranger no seu âmbito de aplicação todos os ex-militares, bem como os emigrantes portugueses. Intervieram no debate os Srs. Deputados Ismênia Franco (PSD), Marques Júnior (PS), Luísa Mesquita (PCP) e João Rebelo (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Jorge Pinto Lopes
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá,
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Agostinho Veloso da Silva
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemós Pavão
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel dos Santos Alves
 José Manuel Pereira da Costa
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes

Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luis Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva

José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel Santos de Magalhães
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 Antonino Aurélio Vieira de Sousa
 António Herculano Gonçalves
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragozo Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Daniel Fugas Veiga
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos
 Vicente José Rosado Merendas

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram apresentados na Mesa diversos requerimentos.

No dia 17 e nas reuniões plenárias de 18 e 19 de Março — aos Ministérios da Segurança Social e do Trabalho e da Saúde, formulados pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia; ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulados pelos Srs. Deputados António Galamba e Joana Amaral Dias; aos Ministérios da Economia e da Educação, formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário.

Por sua vez, foi recebida resposta a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

No dia 19 de Março — Fernando Pedro Moutinho, Almeida Henriques, Massano Cardoso, Renato Sampaio, Jerónimo de Sousa, Luísa Mesquita, Carlos Luis, Carlos Alberto Gonçalves, Eduardo Moreira, José Apolinário, Honório Novo, Isabel Gonçalves, Lino de Carvalho, Ana Manso, Maximiano Martins, António Galamba e Ascenso Simões.

Em matéria de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, dia 21 de Março, com uma carga simbólica muito grande, gostaria de referir que a Primavera começou muito negra, marcada por uma guerra perfeitamente evitável e só justificada pela insanidade e pela loucura daqueles que pretendem o domínio do mundo e dos seus seguidores incondicionais.

Hoje, as guerras têm o petróleo na sua origem. No futuro, os conflitos mundiais residirão na água — na falta de água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No próximo fim-de-semana terminará o Terceiro Fórum Mundial da Água, que teve início em Quioto, no dia 16 deste mês.

Neste fórum têm-se reafirmado alguns compromissos e apontado caminhos de resposta. O problema é estar tudo tão viciado à partida.

Os números são absolutamente desconcertantes e a eles corresponde uma realidade dramática: mais de 1,2 biliões de pessoas não têm acesso à água potável (número que se prevê aumentar para 2,7 biliões em 2025); mais de 5 milhões de pessoas morrem anualmente por doenças relacionadas com a água, sendo que mais de 2 milhões são crianças.

Parante esta realidade, assumiu-se o compromisso internacional, em 2000, no Segundo Fórum Mundial da

Água, de reduzir para metade a população sem acesso a água potável até 2015 e, no ano passado, em Joanesburgo, voltou a estabelecer-se o objectivo de reduzir para metade o número de pessoas sem saneamento básico até à mesma data limite.

A questão que se coloca, agora, é a de saber como alcançar estes objectivos — e é evidente que o sistema de financiamento é um tópico fulcral nesta discussão. É justamente por aqui que se evidencia tanta hipocrisia e tanto desumanismo por esse mundo fora.

Dizem os Estados, nomeadamente os mais ricos, que não têm capacidade de financiamento, que esse financiamento é muito exigente, e deixam as suas ajudas ao desenvolvimento muito aquém do compromisso assumido de 0,7 % do PIB.

É preciso, então, perguntar: quanto se gasta anualmente em material bélico? Quanto custa esta guerra? Matam pela guerra real, mas também pela indiferença, que os leva a permitir que milhões de pessoas continuem a morrer por doenças advinentes do uso da água poluída e totalmente imprópria para consumo, e pela indiferença em relação àqueles que todos os dias morrem de fome em pleno século XXI. Se o Sr. Bush e outros que tal fossem tão prontos a matar a fome como a desenvolver operações belicistas, resolveríamos certamente o caso!

É neste quadro que, no Terceiro Fórum Mundial da Água, se tem insistido na privatização do sector da água. Nada que admire. Afinal, ele é promovido pelo Conselho Mundial da Água, que não é uma instância intergovernamental, mas uma estrutura com diferentes representações, bem recheada de multinacionais do sector, como a Suez-Lyonnaise, com grande poder de influência sobre as decisões tomadas neste Fórum.

Pergunta-se: a quem deve pertencer a água? Quem deve ser o seu proprietário? Quem a deve deter e gerir?

Os movimentos ecologistas não têm dúvidas de que a água é um elemento vital, suporte de todos os ecossistemas e formas de vida. Por isso, a água é património de todos. A água é um bem colectivo público e, como tal, deve ter uma gestão pública capaz de assegurar a água como um direito, justamente pela sua imprescindibilidade.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Coisa que é negada pela gestão privada ou pela privatização da água.

A apropriação da água — de um património colectivo — por algumas multinacionais (necessariamente poucas, porque o sector da água é um monopólio natural) tem levado à negação da água como um direito.

Sendo o seu objectivo o lucro e a maximização desse lucro, apostam nos locais mais rentáveis — leia-se de maior consumo, de mais esbanjamento — e degradam os sistemas menos rentáveis, nomeadamente os mais dispersos e mais caros. Sendo o seu objectivo o lucro, procuram a maximização das facturas, fomentando mais consumo, beneficiando os escalões mais altos e penalizando os escalões mais baixos e cortando de imediato a água a quem não a possa pagar.

Bem se vê, então, que a gestão privada da água não serve o conceito de água como um direito, como não serve o princípio ecologista de poupança de um recurso escasso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se pode fazer de tudo uma mercadoria. Há coisas que não são susceptíveis de apropriação, e a água é uma delas.

A preocupação de Os Verdes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que também o Governo português embarca completamente na lógica da privatização da água, na procura de se desresponsabilizar do sector para não gastar e, simultaneamente, conseguir mais uns dinheiros por via da privatização da Águas de Portugal.

O caminho está preparado. As empresas a quem o Governo pretende que sejam atribuídas a gestão privada terão os equipamentos já finalizados e pagos em grande parte pelas autarquias e o Sr. Ministro está a fazer-lhes o favor de, rapidamente, aumentar as tarifas, de modo a que tudo seja bem mais aliciante.

A questão é de tal modo escandalosa que as empresas até já se dão ao luxo de chantagear o Governo, referindo que ou opta rapidamente pela privatização do sector ou não retirarão a queixa que interpuseram contra o Estado português e que fez perder a Portugal cerca de 300 milhões de euros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este modelo que impera neste mundo serve tão poucos e deixa tantos biliões de fora do sistema. É isso justamente que o Terceiro Fórum Mundial da Água, afinal, acaba por demonstrar.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para tratamento de assunto de interesse político relevante, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde finais da década de 80 e princípios da década de 90 do século passado que se não via uma situação de tanta instabilidade, tanto desnorte e tanta incapacidade política como a que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas demonstrou nos últimos meses.

Um dos sectores que vive momentos de grande instabilidade é o sector vitivinícola. Das exigências que o sector colocou ao actual Governo, o panorama é pouco mais que uma mão-cheia de nada: novas ajudas ao sector para melhoria das condições de trabalho das adegas cooperativas não se vislumbram; alocação de receitas do IVA ao sector nem se tem ouvido falar; a reestruturação da vinha caminha ao sabor de cada investidor, sem o mínimo de acompanhamento e apoio; a ViniPortugal continua a aguardar um novo tempo; o Programa Vitis parou e, quando voltar a arrancar, virá num tempo inadequado; a aplicação da «electricidade verde» às adegas cooperativas, se existe, deve ser só para alguns; e a campanha nacional de promoção do consumo do vinho deu lugar a um apoio envergonhado às campanhas dos refrigerantes e das cervejas.

Sr. Presidente, a fileira vitivinícola vive momentos de grande desconfiança. Apesar de alguns nichos territoriais e de mercado terem vindo a afirmar-se no comércio nacional e internacional, verificam-se, ao nível do sector, dificuldades conjunturais e problemas estruturais a que urge dar resposta.

Três questões se colocam: primeira, a da sustentabilidade económica dos agentes; segunda, a da concorrência internacional; e, terceira, a da política de promoção.

Importa que o Governo se não refugie em esquemas de desresponsabilização e apresente, rapidamente, aos agentes propostas concretas e sustentadas.

Sr. Presidente, dentro do sector vinícola existe uma região — a Região Demarcada do Douro, que representa

dois terços das exportações de vinhos e um quinto das exportações de produtos agro-alimentares. É também nesta região que se produz um dos raros produtos com afirmação e prestígio internacionais — o Vinho do Porto. Tais particularismos exigem uma atenção especial do Governo e, em particular, dos Ministérios da Economia e da Agricultura.

Porém, a Região Demarcada do Douro vive momentos de crise económica, social e de representação.

Vive-se uma crise económica, porque existem, neste momento, mais de 30 000 pipas de mosto, dos 135 000 que foram autorizados pelas entidades públicas, que ainda não encontraram comprador. São mais de 6 milhões de contos que as adegas cooperativas e os comerciantes têm em espera por melhores negócios.

Ter, em Março, cerca de um quarto da produção por vender impede o financiamento da próxima campanha, cria instabilidade nas já débeis contas das cooperativas e lança dúvidas sobre o futuro.

A somar a este estado de crise, às ruas da amargura em que a região vive, há ainda uma redução nominal de cerca de 5 %, verificada nos últimos anos, ao nível das vendas nos diversos mercados do Vinho do Porto.

Mas a crise económica não se vê só ao nível do Vinho do Porto. Também ao nível dos baixos preços com que foram colocadas no mercado milhares de pipas de vinhos de mesa de óptima qualidade, só porque as excelentes colheitas de anos anteriores e a falta de capacidade de «stockagem» e de financiamento da mesma «stockagem» levaram a situação em que o *dumping* foi visível.

A crise também é social, porque, para além da inacreditável e lamentável situação que está a ser vivida por dezenas de funcionários públicos (alguns deles tiveram durante meses salários em atraso), o desemprego aumentou cerca de 9 %, repito, 9 %, e as remunerações dos salários e das jornas decresceram a valores de há quatro ou cinco anos. Acresce que as vagas de imigrantes de Leste, que se dedicam aos trabalhos mais duros da lavoura duricense, vieram contribuir para a diminuição dos direitos sociais dos trabalhadores rurais, criando, aqui e ali, focos muito preocupantes de xenofobia e até de racismo, a que urge dar atenção.

Também ao nível dos microprodutores, verifica-se um abandono das terras daqueles que têm menos de 10 pipas de vinho, como há muito se não via, e a um vender, ao desbarato, de muitas propriedades.

Os indicadores seguros das Caixas de Crédito Agrícola, que nos dão conta das situações de difícil cumprimento por parte dos muitos dos devedores, não podem mascarar uma situação que reclama medidas urgentes.

Muitos dos vitivinicultores do Douro estão, portanto, nas ruas da amargura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Às crises económica e social, de que falei, há a acrescentar uma crise institucional e de representação.

O Douro é uma região com características muito próprias e com instituições muito peculiares. Com pessoas que reclamam, desde a década de 30 do século XX, mais e melhores condições de vida e de dignidade.

Contudo, nem sempre as instituições do Douro deram conta das suas obrigações e souberam cumprir os seus deveres. Muitas das dificuldades que actualmente se vivem são fruto da falta de ideias, de vontades consensuais e de lideranças credíveis.

Neste momento, assiste-se a uma nova e grave situação em que a particularidade existe, em que também o Governo apostou na descredibilização dos agentes regionais.

Ao colocar em causa a Casa do Douro — não os seus dirigentes, mas a instituição em si, como organismo essencial para o futuro da região —, o Ministério da Agricultura está a pôr em perigo o sucesso do inter-profissionalismo, a dar azo a que outros agentes passem a intervir com mais autoridade e mais peso e a dar sinais aos mercados e ao sector de que o Vinho do Porto pode deixar de ser um produto credível e prestigiado.

A associar a tanto, não poderemos esquecer que, no âmbito da União Europeia, o Vinho do Porto goza de estatuto especial, que o Governo tem de acautelar e garantir, e que, no mercado globalizado, a designação «Porto» pode vir a ser «assaltada» no dia-a-dia por australianos, sul-africanos ou americanos do norte ou do sul.

Sr. Presidente, o Partido Socialista sabe que nem sempre conseguiu ouvir, como se impunha, os agentes existentes no Douro e, até, em Gaia. Mas ao PS, como partido da governação, cumpre o dever de ajudar a encontrar soluções, parcerias e apresentação de propostas concretas.

Assim, dou conta à Câmara que iremos apresentar iniciativas legislativas que colaborem para a reforma institucional da Região Demarcada do Douro, que possibilitem uma melhor estruturação do sector e que permitam o encontro de novos mercados.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Essas medidas passarão: pela garantia da existência de organismos interprofissionais com representação da produção e do comércio, mas também da transformação; pela determinação de um instituto do Vinho do Porto adequado às funções de entidade fiscalizadora, promotora e qualificante; pela promoção do associativismo ao nível da produção e a garantia da capacidade representativa da Casa do Douro; pela adopção de instrumentos de garantia, ferramentas de financiamento e entidades de apoio que possibilitem a sustentabilidade e a autonomia da produção e da transformação; pela promoção de medidas de reestruturação do sector cooperativo e de fomento à concentração; pela alocação de financiamentos à qualificação da gestão; pela interligação da actividade vinícola e vitivinícola com outras actividades como seja, por exemplo, o turismo.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Esperamos que o Governo, a quem se exige o cumprimento das muitas promessas, algumas assumidas pelo Sr. Primeiro-Ministro, possa vir a esta Assembleia com propostas concretas e não com a demagogia com que tem encarado a Região Demarcada do Douro e os vitivinicultores portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, informo que há oradores inscritos para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Ascenso Simões.

A este propósito, quero lembrar à Câmara que, ontem, o Presidente da Assembleia foi interpelado por um dos Srs. Deputados recordando o compromisso de fazer cumprir rigorosamente os tempos regimentais. Foi, de facto, uma boa lembrança que tomo à risca, pelo que chamo a atenção de todos para que assim procederei.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho para pedir esclarecimentos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ascenso Simões, é oportuno o tema que traz ao Plenário, porque hoje todos sabemos quantas são as preocupações que percorrem o sector vitivinícola. Contudo, quero centrar-me num dos aspectos que referiu e que tem a ver com a Região Demarcada do Douro, o futuro da sua organização institucional e um aspecto particular relacionado com o Museu do Douro.

É tempo de se estabilizar a situação na Região Demarcada do Douro, é tempo, sobretudo, de que essa estabilização seja feita no respeito pelo papel insubstituível da Casa do Douro como associação de natureza pública, a qual, representando os produtores, tem um papel decisivo na defesa da pequena produção vitivinícola mas também tem um papel importantíssimo para o equilíbrio do rendilhado de interesses que percorre a região.

É certo, Sr. Deputado, que, como não ignora e seguramente me acompanha, o Partido Socialista não está isento de responsabilidades neste processo. A forma como esta questão foi conduzida pelo anterior governo, em particular pelo anterior Ministro da Agricultura, cuja sensibilidade para os problemas do Douro era bastante deficitária, não permitiu resolver este problema em estabilidade, numa altura em que deveria tê-lo sido. Em todo o caso, o tempo que vai já foi e, agora, estamos a falar dos tempos presentes.

Assim, a questão que quero colocar-lhe é a de saber como é que o Partido Socialista perspectiva o futuro da organização institucional da região. Que equilíbrios entre os vários agentes do sector? Que papel para a Casa do Douro como associação de natureza pública? Que papel na garantia, por exemplo, de intervenção nos excedentes? E em relação à propriedade do cadastro? No fundo, como preservar uma associação que é decisiva para a defesa dos interesses dos mais de vinte e tal vitivinicultores perante um pequeno grupo de empresas exportadoras?

A última questão é relativa ao Museu do Douro.

A criação deste Museu foi «construída» nesta Assembleia, com a unanimidade de todos os partidos, mas está a ter dificuldades de financiamento, de organização, de intervenção no terreno, preocupações que acompanhamos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se.

O Orador: — Termina, Sr. Presidente, apenas perguntando que propostas, que ideias, que perspectivas, que reflexão faz o Sr. Deputado sobre esta questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ascenso Simões, tem mais um pedido de esclarecimento. Deseja responder já?

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, agradeço a questão que colocou.

Sr. Deputado, nós temos consciência de que os problemas da Casa do Douro e da Região Demarcada do Douro acumulam-se desde há muitos anos. Quanto à responsabilidade, podemos encontrá-la em muitos tempos da nossa história recente e passada. Não compete a esta Assembleia encontrar responsáveis, compete-nos encontrar soluções, o que considero muito mais importante.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No que diz respeito às duas questões que colocou, gostava de transmitir-lhe o que é, hoje, a posição do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, a Casa do Douro deve ser uma associação pública, de inscrição obrigatória, a qual contenha, ainda, um conjunto de competências que lhe garantam a representação da produção e das dezenas de milhares de vitivinicultores existentes na região. A Casa do Douro deve ser a proprietária do cadastro como peça essencial da atribuição de benefício. A Casa do Douro deve ter capacidade de intervenção na aquisição de vinhos no mercado para poder continuar a ter um peso essencial no interprofissionalismo na Região Demarcada do Douro. No entanto, a Casa do Douro também tem de evoluir no sentido de ser uma associação que possa apresentar novos produtos e novos serviços aos vitivinicultores.

No que diz respeito à questão do Museu do Douro, gostava de prestar homenagem, neste Plenário, a algumas pessoas que estiveram presentes na criação do mesmo, desde logo V. Ex.^a, que foi um dos autores de um dos projectos de lei que foram debatidos na Assembleia, mas também o Deputado António Martinho e, na rectaguarda, uma vice-presidente da minha bancada, a Deputada Elisa Ferreira, que esteve no centro desse movimento, como de outros relacionados com a Região Demarcada do Douro mas que, entretanto, deixaram de estar na ordem do dia, deixaram mesmo de ser tidos como peças essenciais para o desenvolvimento da região.

Deixe-me, pois, dizer-lhe que estou muito preocupado pelo facto de, sistematicamente, aparecerem na comunicação social informações que dão conta da não atribuição ao Museu do Douro das participações do Orçamento do Estado a que tem direito. As câmaras municipais envolvidas já fizeram um grande esforço no sentido de participar no que vai ser o capital fundador da nova Fundação Museu do Douro, mas cumpre à administração central, ao Governo, ao Ministério da Cultura, acompanharem e incentivarem este grande projecto que não podemos deixar esquecer.

Penso que todos os grupos parlamentares desta Assembleia estão irmanados no grande objectivo de criarmos no Douro um museu que possa ser a memória viva de todos os que, ao longo de séculos, contribuíram para que tivéssemos um património da humanidade naquela região.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa e Oliveira.

O Sr. Costa e Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ascenso Simões, tal como muitos de nós, tem participado activamente, nestes últimos meses, numa grande reflexão que é legítimo e oportuno fazer acerca do Douro.

Permita-me que lhe diga que me parece um pouco injusto da sua parte acusar este Governo de demagogia em tudo o que tem feito em relação ao Douro, porque não me recordo de, em tempos passados, alguma vez se ter dado tanta atenção à problemática do Douro como agora tem sido feito. Aliás, como sabe, o Governo tem gerido este assunto através do próprio Secretário de Estado, ele também um homem intimamente ligado ao Douro, profundamente conhecedor do Douro e de tudo o que a região necessita. Portanto, repito que me parece um pouco injusto da sua parte e penso que é legítimo devolver-lhe a acusação de demagogia que o senhor imputou ao Governo.

Ouvi a sua intervenção com muita atenção e verifiquei que está dividida em duas partes, a primeira das quais tem a ver com os problemas intrínsecos do Douro que, embora sem dúvida específicos, têm muito a ver com a agricultura portuguesa, com o esforço que vem sendo desenvolvido de há muitos anos a esta parte para se recuperar e equiparar-se às demais. Aliás, o Sr. Deputado é um homem ligado à agricultura e conhece bem os planos de adaptação da agricultura portuguesa e toda uma panóplia de programas que lhe são dirigidos no sentido de tentar alcançar o nível das mais prósperas da Europa.

Quanto ao Douro propriamente dito, o Sr. Deputado assistiu, tal como eu próprio, a todo o conjunto de pessoas e de organizações que passaram por esta Assembleia para analisarem um conjunto de medidas que o Governo propunha. Ora, a este propósito, há algo que não entendo e daí o fundamento da minha pergunta.

O Sr. Deputado diz que vai apresentar um conjunto de propostas legislativas e cá estaremos todos para as discutir com toda a seriedade e boa vontade. O que me faz confusão é que todas as entidades ligadas ao Douro que foram ouvidas pronunciaram-se maioritariamente a favor das medidas que o Governo pretendia tomar, tendo o próprio Conselho Geral da CIRDD (Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro) aprovado tudo por unanimidade. Ora, é perante isto que sinto uma grande confusão.

Como é que a entidade máxima do Douro aprova por unanimidade todas as medidas do Governo e agora o Sr. Deputado Ascenso Simões vem expressar o entendimento de que este é um pacote legislativo perfeitamente demagógico que não serve ao Douro? Gostava, pois, que o Sr. Deputado esclarecesse que erro terá cometido o Conselho Geral para aprovar tudo por unanimidade se, afinal, o senhor considera que é tudo demagógico.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões (PS)**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Costa e Oliveira, sei da dificuldade que V. Ex.^a tem em falar sobre esta questão, apesar de saber que V. Ex.^a é também uma das autoridades nesta área da vitivinicultura, até pelas funções que exerceu numa entidade muito importante como é a FENADEGAS (Federação Nacional das Adegas Cooperativas).

Sr. Deputado, deixe-me colocar a questão nos seus exactos termos.

O que o Conselho Regional de Vitivinicultores determinou foi um acordo de princípio às propostas do Go-

verno e é exactamente isso que está nas actas que foram entregues à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, nas quais pode ver-se até que ponto o Conselho Regional de Vitivinicultores deu o seu acordo de princípio relativamente a questões importantes: por exemplo, as relacionadas com o cadastro e o futuro do cadastro, as que têm a ver com a inscrição obrigatória, as que têm a ver com a possibilidade de a Casa do Douro, por si ou por interposta pessoa, poder intervir no mercado, as questões da representação no Conselho Interprofissional da Região Demarcada do Douro, que não estão resolvidas, as que têm a ver com a presença da transformação neste organismo interprofissional e que também não estão resolvidas.

Portanto, essas actas, que foram entregues ao seu grupo parlamentar, tal como ao meu próprio, contêm um conjunto de questões a que ninguém respondeu.

Quero até dizer-lhe que um elemento do seu próprio partido que tem responsabilidades ao nível distrital, o Sr. Dr. Daniel Nicolau, que, por acaso, é meu amigo, levantou as questões que têm a ver com a autorização daquele Conselho para uma possível aprovação das iniciativas do Governo.

Portanto, Sr. Deputado, dizer-se que o Conselho Regional de Vitivinicultores deu o seu acordo de princípio às propostas do Governo considero um atrevimento, para não dizer mais.

É que, no que diz respeito à região, gostava que visse que os jornais locais, bem como as comissões políticas concelhias do seu próprio partido, estão...

É porque, no que diz respeito à região, eu gostava que visse também que os jornais locais, incluindo as comissões políticas concelhias do seu próprio partido, estão contra esta mesma proposta do Governo. É muito significativo que o próprio partido do Governo esteja contra o seu próprio Governo na determinação das novas competências da Casa do Douro. Aliás, há mesmo um comunicado da sua comissão política concelhia da Régua, que diz que esta resolução do Conselho de Ministros é o primeiro caminho para a destabilização social e económica da região.

Mas, Sr. Deputado, deixe-me também dizer-lhe o seguinte: é significativo que V. Ex.^a não se tenha referido à primeira parte da minha intervenção. Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque a primeira parte da minha intervenção é a transcrição de uma carta aberta da FENADEGAS ao futuro governo, da qual V. Ex.^a provavelmente tem conhecimento e que termina dando apoio ao Governo do PSD e do CDS-PP. E esse apoio claro, político, de uma federação de adegas não teve, até hoje, qualquer correspondência da parte do Governo.

Elenquei aquilo que eram as exigências da FENADEGAS, mas V. Ex.^a esqueceu-se de tratar desta questão, para a qual devia também ter colaborado.

O Sr. **Presidente**: — O seu tempo esgotou-se, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

E V. Ex.^a nada disse quanto às exigências que fiz na minha intervenção relativamente ao sector vitivinícola português.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção sobre assunto de interesse político relevante, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves.

O Sr. Carlos Alberto Gonçalves (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: No Círculo Eleitoral da Europa estão radicadas importantes colónias de portugueses que, na sua maioria, emigraram durante as décadas de 60 e 70, período esse em que o nosso país viu os seus jovens emigrar para diferentes destinos deste Continente mas, essencialmente, para França e Alemanha.

No entanto, a emigração para os nossos vizinhos europeus continuou para além dos anos 70, tendo então tido como principais destinos o Luxemburgo, a Suíça e, mais recentemente, o Reino Unido.

A situação das nossas comunidades neste círculo eleitoral é, assim, marcada por sensíveis diferenças entre comunidades que emigraram há várias décadas e outras que só mais recentemente o fizeram e pela influência dos contextos social, cultural e económico dos países de acolhimento, o que leva à existência de várias situações específicas.

Mesmo assim, é possível considerar que a situação das comunidades portuguesas neste círculo eleitoral é francamente positiva e, quanto a mim, motivo de exemplo da capacidade empreendedora e de integração dos portugueses.

Uma situação positiva que, em parte, pode ser comprovada pelos muitos casos de sucesso no seio das comunidades portuguesas, mas que não pode, nem deve, fazer esquecer que ainda subsistem alguns problemas de ordem social ou mesmo de integração em países de emigração mais recente.

Porém, Srs. Deputados, esse sucesso não se reduz, como por vezes se tenta fazer crer, aos casos dos empresários portugueses que adquiriram importância e prestígio e que, reconheço, devem ser enaltecidos.

O sucesso, Srs. Deputados, passa principalmente pelo reforço da participação política e cívica das nossas comunidades nos países de acolhimento, sendo os melhores exemplos a eleição de várias centenas de portugueses aquando das últimas eleições municipais em França e o facto — para mim, de grande relevância — de vermos um candidato presidencial nesse mesmo país — que chegaria à Presidência — a fazer campanha junto às nossas gentes.

Outros exemplos poderiam ser citados em áreas como a cultura, o desporto, a investigação científica ou a comunicação social.

A verdade é que são as comunidades portuguesas os nossos melhores embaixadores, pela forma como dignificam o seu País de origem e pelo papel que assumem na divulgação das nossas língua e cultura.

Por outro lado, as nossas comunidades continuam a ser determinantes para a economia portuguesa, através das suas remessas financeiras e pelo contributo que dão para áreas como o turismo (muitos das nossas turistas estrangeiros são, afinal, pessoas de origem portuguesa) ou como as exportações (quem compra os produtos portugueses no estrangeiro, sobretudo na área do agro-alimentar?).

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por tudo isto, é difícil de entender que Portugal, país de recursos limitados, não tenha sabido aproveitar o enorme potencial que detém o sector das comunidades portuguesas — um potencial económico, que já referi, mas também um potencial técnico, cultural e humano, que, de forma alguma, pode ser subestimado.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O evidente testemunho da ausência de percepção do evoluir das comunidades portuguesas e do seu potencial foi a situação que o actual Governo herdou.

É bom lembrar, sobretudo àqueles que agora pretendem escamotear responsabilidades, que os principais domínios da acção governativa nesta área conheciam, em Março passado, sérios problemas. Desde o Conselho das Comunidades Portuguesas, por sinal o órgão consultivo do Governo para esta área, que vivia uma situação de total impasse, à rede consular, em parte desajustada da realidade das comunidades portuguesas, permitindo a existência de casos de grave deficiência no apoio prestado, que só têm comparação com a situação do Consulado Geral de Paris, no início dos anos 60; ou ao ensino da língua portuguesa no estrangeiro, cujo sistema mereceu mesmo, em 2001, da parte de um grupo de trabalho da Comissão de Educação da Assembleia da República uma avaliação negativa e que muitos reconheciam como desenquadrado da realidade e das necessidades deste sector.

Face a esta situação, os sinais que o actual Governo tem dado, em matéria de comunidades, permitem depreender que algo está a mudar. Uma mudança que alguns ainda consideram ténue — a actual conjuntura económica do País não permite certamente que seja mais acentuada —, mas que é o prenúncio, um prenúncio importante, de uma forma diferente de entender as comunidades portuguesas.

O Governo, de entre outras medidas que tomou, enceu, sobretudo, duas reformas, que vêm no sentido de adaptar a política para as comunidades à realidade actual do sector.

Pelo destaque que tem merecido na comunicação social, o redimensionamento da rede consular é a medida que parece de maior impacto, mas que, no fundo, traduz a adaptação da rede às actuais necessidades, corrigindo, assim, assimetrias e desequilíbrios graves que não dignificam um país como Portugal, como é o caso de Londres.

É legítimo e compreensível o descontentamento das comunidades que vêem estruturas consulares de proximidade encerrar — e por isso, é fundamental criar alternativas de apoio, muito particularmente para casos como Os-nabrück e Rouen —, mas não podíamos continuar a aceitar que fosse nas áreas em que os portugueses conhecem mais dificuldades que o apoio era menor e mais deficiente.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Paralelamente, o Governo está a implementar a chamada diplomacia activa e económica, numa perspectiva de que as nossas missões diplomáticas possam articular a sua acção com outras entidades portuguesas no estrangeiro, seja o ICEP, seja o Instituto Camões, com o objectivo único de promover as nossas potencialidades em diversas áreas e, muito particularmente, a nossa língua e a nossa cultura.

Srs. Deputados, as comunidades emigradas são conhecidas pela sua significativa mobilidade, que vai do período de instalação à sua progressiva integração, terminando, por vezes, em assimilação. São três estádios bem diferentes na vida dos emigrantes aos quais correspondem necessidades também elas diferenciadas.

Assim, pergunto: como foi possível manter as nossas estruturas de apoio e de representação no estrangeiro pa-

radas no tempo? Será que, em 30 anos, as nossas comunidades emigradas na Europa não tiveram evolução no plano social ou na sua repartição geográfica?

A outra medida que reflecte uma nova forma de actuação é conjunto de protocolos, que o Governo tem vindo a estabelecer com diversas câmaras municipais — do Norte ao Sul de Portugal —, de criação de estruturas específicas de apoio às comunidades portuguesas.

Estes acordos, Srs. Deputados, vão proporcionar a criação de uma nova estrutura regional de apoio específico aos nossos emigrantes, que se deslocam a Portugal ou que pretendam regressar definitivamente. As autarquias são as instituições a que os nossos emigrantes mais recorrem, aquando das suas deslocações ao nosso país. Daí a importância desta colaboração iniciada com o Governo, a qual poderá permitir um sensível aumento do apoio concedido às comunidades portuguesas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de terminar, gostaria de deixar duas notas importantes.

A primeira para salientar a mudança pela positiva que está a conhecer a RTP Internacional (RTPi). A sua programação tem vindo a ser alterada, valorizando, agora, a realidade cultural das comunidades portuguesas e estando, assim, mais de acordo com aquilo que os portugueses residentes na Europa desejam.

Esta é a melhor resposta para aqueles que até insinuaram que a RTPi iria ser extinta, incapazes que foram, durante seis anos, de qualquer intervenção positiva no nosso canal internacional.

A segunda nota, cuja importância é a que melhor justifica esta intervenção, é em relação ao Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP). Este órgão consultivo do Governo para as políticas relativas à emigração vai ter as suas eleições no próximo dia 30 de Março.

Estamos, pois, a viver um período eleitoral cujo processo o Governo conduziu de uma forma de total transparência, apresentando e discutindo nesta Assembleia da República os projectos de portaria que o regulamentam.

Esta é uma forma de agir, Srs. Deputados, que contrasta com o que se passou em 2001, em que um processo mal conduzido levou à anulação do acto eleitoral então previsto, decisão que teve consequências irreparáveis para a imagem e credibilidade deste órgão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Estão, finalmente, criadas condições para que o CCP possa funcionar de forma a cumprimos objectivos para que foi criado. O acto eleitoral do CCP é um momento privilegiado de debate, de discussão e de afirmação das comunidades portuguesas. Estamos a falar de centenas de candidatos que, pelo mundo fora, vão defender programas e ideias e apresentar sugestões.

Considerando que estou a falar de um sector cujo peso político e capacidade de intervenção nos destinos de Portugal é insuficiente, é possível compreender a importância de que se reveste um momento como este para os portugueses residentes no estrangeiro.

É pelo significado deste momento que vivem as comunidades portuguesas que me pareceu ser importante assinalá-lo nesta Câmara, para que o Portugal da diáspora, tantas vezes ignorado mas sempre solidário, sinta que tem um papel a assumir no futuro de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Antonino de Sousa.

O Sr. **Antonino de Sousa (CDS-PP)**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Gonçalves, antes de mais, permita-me que saúde V. Ex.^a pela excelente radiografia que aqui apresentou sobre a situação das comunidades portuguesas. Entre as várias situações que V. Ex.^a foi referindo, retive, nomeadamente, que as comunidades portuguesas são os nossos melhores embaixadores, na divulgação da língua e da cultura portuguesas, e a importância que as nossas comunidades têm para a economia do País, designadamente pelas remessas financeiras que continuam a fazer e também ao nível do turismo.

Todavia, V. Ex.^a referiu um conjunto de problemas, alguns de extrema gravidade, que foram herdados pelo actual Governo nesta matéria.

Entre os vários problemas, sublinhou a situação de impasse em que se encontra o Conselho das Comunidades Portuguesas, o desajustamento da rede consular e os sentidos ao nível do ensino da língua portuguesa. Foram vários os problemas complicadíssimos encontrados pelo actual Governo e que V. Ex.^a referiu, e bem, na sua intervenção.

Entre as várias medidas já tomadas pelo actual Governo, foram destacados o redimensionamento da rede consular, para corrigir assimetrias e desequilíbrios, os protocolos que estão a ser celebrados com várias câmaras municipais, as mudanças na RTPi, nomeadamente ao nível da programação, e a forma transparente, serena e tranquila como está a ser desenvolvido o processo eleitoral para o Conselho das Comunidades Portuguesas, ao contrário, de resto, daquilo que aconteceu em 2001.

As questões que lhe deixo, Sr. Deputado Carlos Gonçalves, são as seguintes: que passos entende que têm sido dados pelo Governo para adaptar a rede consular às actuais e reais necessidades das comunidades portuguesas? De que forma V. Ex.^a entende que tem corrido o processo eleitoral para o Conselho das Comunidades Portuguesas? E para concluir: quais as principais diferenças que V. Ex.^a vê nesse processo eleitoral relativamente à forma como decorreu o processo em 2001, o qual, de resto, acabou por ter como consequência a anulação do próprio acto eleitoral?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves.

O Sr. **Carlos Alberto Gonçalves (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Antonino de Sousa, agradeço-lhe as perguntas e o interesse manifestado pelo seu grupo parlamentar pelas questões relativas às comunidades portuguesas.

Em relação às perguntas que me fez, há uma que é extremamente pertinente e que tem a ver com o momento que as comunidades portuguesas vivem com a eleição para o Conselho das Comunidades.

Na minha intervenção, já referi que este é um órgão consultivo, pelo que alguns Deputados poderão pensar que, como tal, tem uma importância relativa. Só que «o relativo» no que às comunidades portuguesas diz respeito acaba por ser prioridade, porque as comunidades portuguesas têm em Portugal uma participação cívica e política redu-

zida, sendo o nosso poder de intervenção reduzido. Isto apesar de me orgulhar de pertencer a um grupo parlamentar que, desde sempre, tem defendido o alargamento da participação dos portugueses na vida política em Portugal. Porém, o nosso peso político é muito reduzido e este órgão acaba por ser muito importante.

É também um órgão vocacionado para ajudar o Governo. Porque é impossível, estando as nossas comunidades espalhadas pelo mundo inteiro, que um governo, por mais conhecedor que delas seja, tenha conhecimento das situações específicas. Por isso, quando a lei foi aqui alterada na anterior legislatura, tentou-se que os candidatos e os eleitos representassem melhor, em termos geográficos, as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

O processo eleitoral está a decorrer de forma positiva. O melhor exemplo disso é o de que eu tenho percorrido as comunidades portuguesas praticamente todos os fins-de-semana e é rara a área em que não há candidatos, em que não há debate e discussão. Os temas são sempre os mesmos, os problemas estruturais das comunidades portuguesas acompanham-no há muito tempo.

A forma como o Governo conduziu este processo eleitoral é, a todos os títulos, exemplar, porque as próprias portarias que regulamentam o acto eleitoral foram apresentadas, em sede de subcomissão, nesta Assembleia, ainda como projecto, o que permitiu a todos os grupos parlamentares apresentarem as suas sugestões em relação a essa mesma portaria. Como tal, acho que, nesta matéria, o Governo teve um papel muito transparente. Ora, isto contrasta com o passado, porque, em 2001, tivemos um processo eleitoral que foi anulado — só a França tinha praticamente metade dos candidatos espalhados pelo mundo...

Como é evidente, nesta matéria, é positivo, é fundamental, que estes órgãos possam funcionar da melhor forma.

Falou-me, também, da reestruturação consular, ora, a reestruturação consular é algo que está previsto há muito tempo e tem que ver com várias preocupações: a primeira porque Portugal tem uma rede em que, praticamente, não «mexe» há cerca de 20, 30 anos. É uma rede que foi criada em grande parte para atender às necessidades das comunidades portuguesas que emigraram nos anos 60 e 70 — e estou a falar muito particularmente do círculo eleitoral da Europa — e o problema é que as comunidades evoluíram, os portugueses começaram a emigrar para outros destinos e hoje temos consulados com muito pouco movimento e depois temos portugueses, por exemplo, na cidade de Londres que, durante a noite, esperam na rua para poderem ser atendidos!...

Não compreendo como é que Portugal, país membro da União Europeia, pode aceitar uma situação destas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E o que é inacreditável é que na questão da reestruturação consular tem havido uma tentativa clara de aproveitamento político e, sinceramente, aqueles que são contra a reestruturação consular devem estar a favor de que os portugueses em Londres durmam na rua, de que os portugueses do Canadá tenham de viajar de avião 3 ou 4 horas ou de que esses portugueses esperem anos para obter um acto consular...!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção de assunto de interesse político relevante, tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Venda.

A Sr.^a Teresa Venda (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na passada segunda-feira o Governo disponibilizou a execução orçamental do mês de Fevereiro.

Apesar de reconhecer que a execução orçamental dos dois primeiros meses não é muito significativa, a sua análise permite confirmar que Portugal está a entrar em recessão económica.

Um conjunto de indicadores do último trimestre de 2002, em todos os sectores de actividade, aponta para que a produção industrial registou uma quebra; a taxa de utilização da capacidade produtiva diminuiu tanto na indústria transformadora como na construção; a taxa de desemprego, para o total da economia, subiu para 6,2 %; o investimento directo do estrangeiro em Portugal baixou 31 % em 2002, menos 2000 mil milhões de euros; o investimento directo que Portugal realizou no estrangeiro baixou 59 %, menos 5000 mil milhões de Euros; o Produto Interno Bruto em 2002, de acordo com o Eurostat, situou-se nos 129,4 mil milhões de euros, isto é, cresceu apenas 0,5 %.

Assim, perante este cenário estão comprometidas todas as previsões do Orçamento do Estado para 2003.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — É uma vergonha!

A Oradora: — De facto, o Governo consagrou no Orçamento do Estado o crescimento do Produto Interno Bruto de 1,75 %, para o Pacto de Estabilidade, onde já revia em baixa e apontou um crescimento do PIB para 1,3 %.

Ora, a execução orçamental de Fevereiro vem corroborar que Portugal está em recessão, ou perto dela, e que se acentua a degradação das contas públicas.

Senão vejamos: do lado da receita corrente, os impostos que mais directamente reflectem a actividade económica têm um comportamento francamente abaixo das previsões; o IRS com um crescimento orçamentado de 5,8 % cresce apenas 1,2 %; o IVA com um crescimento orçamentado de 8,6 % decresce 4,4 %; a despesa corrente cresce 2 % — enquanto o Orçamento do Estado previa um crescimento de 3,8 %.

Este comportamento positivo pode, no entanto, inflectir uma vez consolidada a actualização das remunerações da função pública.

No que se refere às contas públicas, os dois primeiros meses do ano reflectem ainda o agravamento do défice público em 61,4 %; o agravamento do saldo de execução orçamental em 478 milhões de euros; o agravamento do saldo corrente em 217,5 milhões de euros, resultado do crescimento da despesa em 102 milhões de euros e da redução da receita em 115 milhões de euros.

A degradação das contas públicas revela-se também no saldo primário: em Fevereiro, o saldo primário atinge um valor negativo de 541 milhões de euros.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Que vergonha, que incapacidade!

A Oradora: — Face a esta situação recordemos o que em Outubro passado o Sr. Primeiro-Ministro, quando da apresentação do Orçamento para 2003, apresentou como grande desígnio do Governo contribuir, nesta Legislatura,

para que, no espaço máximo de uma década, se alcance a convergência com a União Europeia.

Elegeu, na altura, cinco compromissos fundamentais para concretizar o novo modelo de crescimento económico. Destaco dois desses compromissos: a consolidação orçamental, sobretudo à custa da redução do peso da despesa no Produto, e o investimento produtivo fortemente incentivado.

O Sr. **Paulo Pedroso** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: decorreu o primeiro ano da Legislatura e a evolução económica mostra que nenhum destes desígnios foi concretizado e que estamos a caminhar em sentido oposto à estratégia então definida!

O Sr. **Paulo Pedroso** (PS): — Bem dito!

O **Orador**: — Portugal é o país que regista o pior desempenho da zona euro e, face aos números que têm sido publicados pelo Eurostat e pelo FMI, Portugal deixou de convergir com a Europa; as contas públicas mostram que não estamos a conseguir a desejada consolidação orçamental; o investimento continua a registar, no princípio de 2003, uma evolução negativa em todas as suas componentes e as famílias caíram num pessimismo sem precedentes.

O sentimento económico em Portugal, de acordo com a Comissão Europeia, voltou a cair para 96,4 pontos, ficando próximo do mínimo histórico registado em Julho de 1993 quando a economia portuguesa estava em plena recessão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estes são os dados e a aritmética não tem ideologia!...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Governo pode apresentar como desculpas os últimos seis anos de governo do Partido Socialista, a situação de guerra no Iraque ou mesmo a degradação da situação económica internacional.

Os nossos problemas estruturais são dos últimos seis anos, dos últimos sessenta anos, até mesmo dos últimos séculos, se quisermos tratar o problema desta forma, mas o que o Governo tem afirmado repetidas vezes ao País e nesta Assembleia é que a situação estrutural é insustentável.

No entanto, as reformas necessárias quer à redução da despesa quer para aumentar a competitividade ou não existem ou são ainda balbuciantes face aos objectivos fixados.

Nós estamos certos de que muita coisa há a fazer e que nenhum dos constrangimentos que referimos é impeditivo de que se faça. Daí que consideremos que são extremamente preocupantes as recentes afirmações da Sr.^a Ministra do Estado e das Finanças: «Não vale a pena fazer nada para relançar a economia enquanto a economia europeia estiver paralisada» ou «Os portugueses devem evitar deprimir-se com o que os ultrapassa»...

Srs. Deputados, não podemos aceitar que o Governo, depois de lançar o País numa crise de pessimismo exagerado, como o próprio Governo já reconheceu, crie agora a noção de um fatalismo sem remédio.

Sugerimos, portanto, ao Governo que governe de acordo com os objectivos que estabeleceu, pois, apesar de todas as dificuldades, Portugal não pode afundar-se numa

recessão económica, com todas as consequências que daí advêm em termos sociais.

Os bons governos induzem confiança, combatem o fatalismo e conseguem governar em contraciclo!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Paula Malojo.

A Sr.^a **Ana Paula Malojo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se o assinalar dos diferentes dias comemorativos das mais diversas efemérides pode ter o efeito perverso da sua banalização, assinalar os dias que hoje e amanhã se comemoram, o Dia Mundial da Floresta e o Dia Mundial da Água, respectivamente, nunca será banalizar datas e acções, antes deverá significar, por via da insistência, interiorizar comportamentos e atitudes que contribuam para a defesa, a preservação e o respeito pelos nossos recursos ambientais, cada vez mais escassos.

Se hoje centenas, milhares de crianças saírem à rua para plantar árvores, se amanhã centenas, milhares de jovens e adultos reflectirem sobre a importância do recurso água, num futuro, que tem de ser próximo, sobre os grandes desafios que hoje se colocam à Humanidade, desafios sérios de definição de políticas estratégicas e absolutamente prioritárias de protecção e recuperação do património ambiental que é de todos, estarão mais perto da sua resolução.

Todos sabemos que a floresta renova o ar, consome o dióxido de carbono, regulariza o clima, protege os solos, é fonte de energia e de matérias-primas, é o garante da biodiversidade; todos sabemos, também, que em todo o mundo a desflorestação continua a um ritmo vertiginoso, mas nunca é demais lembrar que, desde 1950, o equivalente a um quinto das florestas do mundo foram arrasadas, o que equivale a dizer que são cerca de 10 milhões de ha anualmente, o que representa o equivalente à área de um campo de futebol em cada dois segundos. E com isto, 59 países perderam já todas as suas áreas florestais.

Em Portugal, onde a área florestal ocupa 38 % do território, tem-se assistido, nos últimos anos, a uma deficiente gestão das áreas florestais, que a par da desertificação das zonas rurais, os riscos de incêndio e a consequente diminuição de produtividade levam ao abandono das áreas florestais. É fundamental que, em Portugal, cada vez mais, se potencie uma gestão florestal sustentável, reconhecendo a floresta como uma mais-valia ambiental, mas também económica e social.

O Sr. **Marco António Costa** (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — A par com todas as medidas encontradas e implementadas no âmbito de uma política que tenha por base a promoção da sustentabilidade das áreas florestais, são fundamentais medidas urgentes em sectores transversais, como a aposta nas energias renováveis, o controlo e a fiscalização rigorosos de emissões de gases com efeito de estufa nos sectores da indústria e dos transportes.

No próximo mês de Abril será posto à discussão pública o Plano Nacional para as Alterações Climáticas, instrumento de primordial importância para que as medidas encontradas sejam concertadas e não avulsos e as metas definidas pelo Protocolo de Quioto possam ser cumpridas.

Esta problemática exige a responsabilização da sociedade civil e o esforço de todos os responsáveis políticos, à semelhança, por exemplo, do que aconteceu neste Ple-

nário, no passado dia 13 de Março, com a aprovação do texto de substituição apresentado pela Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, do projecto de resolução n.º 65/IX, que visa melhorar as políticas de prevenção e combate aos fogos florestais.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, se nunca é demais reflectirmos sobre as problemáticas ambientais, o tema da água é, porventura, aquele que mais nos deve preocupar e unir, mundialmente, na procura de políticas correctas e de medidas adequadas para uma eficaz gestão da água, em quantidade e em qualidade.

«A crise mundial da água é um dos grandes desafios do séc. XXI» — quem o afirmou foi o Presidente do Conselho Mundial da Água.

Basta ponderarmos alguns números para aferirmos da propriedade com que faz tal afirmação: hoje 20 % da população mundial não tem acesso a água potável, sendo que se prevê que até ao ano de 2020 o consumo de água possa triplicar e que em 2025 metade da população mundial terá falta de água.

Hoje, 2,2 milhões de pessoas não dispõem de saneamento básico e sabe-se que 1 l de esgoto polui 8 l de água doce.

Foi, pois, com agrado que ouvi o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente afirmar, em sede de Comissão do Poder Local, Ordenamento do Território e Ambiente desta Assembleia, que, no plano nacional, as prioridades do seu Ministério são a água e o saneamento básico, preocupações que estão bem patentes na organização, pelo Ministério, da «Semana da Água», a decorrer entre 18 e 23 de Março, semana especialmente dedicada à problemática da água, integrando acções diversificadas e abrangendo públicos diversos, reflectindo o recurso água como um bem vital cada vez mais escasso.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se em Portugal parece não se viver uma situação dramática neste sector, é verdade que o relatório «Água para o homem, água para a vida», do Programa de Avaliação da Água no Mundo, tendo procedido a uma análise cuidada do recurso água e onde é apresentado um índice sobre a qualidade da água em 122 países, apresenta Portugal classificado em 11.º lugar, mas, uma vez ponderado o factor disponibilidade do recurso por cidadão, Portugal ocupa o 82.º lugar.

Em Portugal é já, de facto, preocupante a escassez de água nalgumas regiões, nomeadamente a escassez de abastecimento de água ao domicílio (e refiro, apenas a título de exemplo, os distritos de Bragança e Leiria). É igualmente preocupante o seu desperdício e a sua má utilização, sobretudo se tivermos em conta que, do total de água que é desperdiçada, apenas 30 % é reaproveitada.

Neste domínio, o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2000/2006) estabelecia como metas a atingir 95 % da população servida com água potável no domicílio e 90 % servida com drenagem e tratamento de águas residuais urbanas. Hoje sabemos que estas metas estão seriamente comprometidas. Os problemas do sector foram mal avaliados pelo anterior governo, o que resultou numa subavaliação dos investimentos necessários, sendo que, em vez dos 4,2 milhões de euros estimados serão necessários cerca de 8000 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se este não é um problema a ser considerado só à escala nacional não posso, no entanto, deixar de referir que, no plano nacional, são precisas medidas efectivas de investimento públi-

co e privado em infra-estruturas para o armazenamento, reaproveitamento e saneamento de água. Como são preciosos hábitos de poupança e medidas rigorosas de fiscalização para impedir uma má gestão e uma utilização abusiva e de desperdício de um recurso que é um bem público.

No seio europeu, a Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho — Directiva-quadro da Água — estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da água e tem por objectivo estabelecer um quadro comum para a protecção das águas interiores, de superfície e subterrâneas, das águas de transição e das águas costeiras, visando prevenir a degradação e proteger a qualidade das águas, promover a sua utilização sustentável, proteger o ambiente, melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e minimizar os efeitos das cheias e das secas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Esta directiva estabelece ainda que, até 2010, sejam definidas políticas de preços da água que devem ter em conta o princípio da recuperação dos custos dos serviços da água, não só os custos financeiros mas também os ambientais e os de escassez do recurso.

Em Quioto, no Japão, está a decorrer o III Fórum Mundial da Água, no qual 10 000 representantes de 160 países vão discutir as medidas a tomar para atingir o objectivo já definido pelas Nações Unidas: reduzir para metade o número de pessoas sem acesso a água potável até 2015. Este Fórum adquire especial importância se tivermos em conta, para lá do já referido, que, no mundo, 80 % das doenças têm origem na falta de água e que, só por esta via, 5 milhões de mortes anuais podiam evitar-se.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As grandes causas ambientais são causas mundiais, são causas humanitárias, não são causas partidárias. Se isto é já uma evidência para todos, cabe a todos nós sabermos unir-nos à volta destas causas, na procura de soluções efectivas para ultrapassar flagelos ambientais devastadores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Malojo, também hoje já proferi uma declaração política relativamente à mesma questão (referi-me, nomeadamente, ao III Fórum Mundial da Água), pelo que a Sr.^a Deputada teve oportunidade, com certeza, de perceber qual é a posição de Os Verdes quanto a esta matéria.

Como a Sr.^a Deputada levantou, na sua intervenção, um conjunto de questões, gostava de começar por lhe formular a seguinte pergunta: não lhe faz impressão, Sr.^a Deputada, a hipocrisia que existe por este mundo fora, em que, por um lado, se gastam tantos dinheiros públicos em material bélico, em guerras e na promoção das guerras, e, por outro lado, se «encolhem» esses dinheiros públicos em relação às ajudas para o desenvolvimento, tão prometidas e tão publicamente assumidas como compromissos, nomeadamente na Cimeira de Joanesburgo? Esta é a primeira questão que lhe coloco.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A segunda pergunta prende-se com duas questões concretas que referiu. É que, Sr.^a Deputada, julgo que não vale a pena continuarmos, permanentemente, a fazer o levantamento dos problemas (levantamentos esses que estão mais do que feitos!) e a identificar as questões problemáticas, porque o fundamental é olharmos para as soluções que são apontadas e aplicá-las, de facto, para a resolução dessas problemáticas. Referirei, por isso, dois aspectos que a Sr.^a Deputada abordou na sua intervenção: um deles prende-se com a questão das alterações climáticas e o outro com a questão da água.

Sobre as alterações climáticas, a Sr.^a Deputada conhece os compromissos que foram assumidos, nomeadamente no Protocolo de Quioto, mas também sabe, com certeza, que o seu Governo, através do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, já referiu expressamente que não conseguirá atingir os objectivos a que Portugal se comprometeu, no âmbito do Protocolo de Quioto — leia-se: um aumento nunca superior a mais de 27 % de emissões de gases com efeito de estufa, com valores de referência a 1990, a não ser que fôssemos pela via do comércio das emissões de gases.

Na nossa perspectiva, Sr.^a Deputada, tal é profundamente vergonhoso, porque este Governo demitiu-se completamente da adopção de medidas concretas em sectores fundamentais como, por exemplo, os da energia e dos transportes, que seriam fundamentais para diminuir, com eficácia, as nossas emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente no sector dos transportes, onde continuamos a ser assumidos, ao nível da União Europeia, como o país que mais emissões faz no que respeita ao sector dos transportes. Que medidas é que este Governo já assumiu e apresentou, neste sector por exemplo, como noutros, com a preocupação da diminuição dos gases com efeitos de estufa? Nenhuma, Sr.^a Deputada!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, relativamente à questão da água, uma vez que falou da preocupação quanto à poupança de um recurso escasso, gostava de formular a seguinte pergunta concreta:...

O Sr. Presidente: — O tempo de que dispunha esgotou-se, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Termina já, Sr. Presidente.

Não considera que a privatização vai completamente contra esta lógica de poupança do recurso água quando o objectivo é o lucro, a maximização desse lucro e, portanto, o objectivo é sempre...

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Paula Malojo.

A Sr.^a Ana Paula Malojo (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, antes de mais queria fazer algumas considerações: é verdade que, com a sua intervenção, percebi qual era a posição de Os Verdes nesta matéria e deixe-me dizer que, muitas vezes, a vossa posição deixa transparecer alguma demagogia,...

A Oradora: — ... porque fazer comparações entre os investimentos que se fazem numa área que nada tem a ver com aquela de que se está a falar não é absolutamente uma posição de transparência!

Aplausos do PSD.

Para além do mais, como ouviu na minha intervenção, as nossas preocupações são efectivamente diferentes. O que quis realçar foi que as causas ambientais não são causas partidárias mas, sim, causas que interessam a todos e a todos cabe resolver.

Relativamente à gestão dos custos do recurso água, queria referir que é a própria directiva comunitária que refere que esses têm de ser ponderados de acordo com os custos que a gestão da água implica, que não são apenas custos financeiros, como bem sabemos pela sua escassez, mas sobretudo ambientais e, também, sociais.

Em relação à privatização da água, de que me falou, como muito bem sabe, Sr.^a Deputada, não está prevista qualquer privatização mas, sim, uma concessão do direito de gestão, o que é algo bem diferente!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Então e a questão das alterações climáticas?!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Rodeia Machado solicitou proferir, no período de antes da ordem do dia de hoje, uma intervenção ao abrigo do n.º 3 do artigo 82.º do Regimento.

Tem a palavra, Sr. Deputado, dispondo de um tempo máximo de 10 minutos para o efeito.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As associações humanitárias, que detêm juridicamente os corpos de bombeiros voluntários em Portugal, estão a viver situações económico-financeiras extremamente dramáticas, estando muitas delas à beira da ruptura financeira, ou mesmo tecnicamente falidas, e só a «carolice» dos seus dirigentes e a vontade férrea do voluntariado ainda as mantêm a funcionar.

No Distrito de Beja existem 14 associações de bombeiros voluntários que, de forma empenhada, desenvolvem uma actividade de socorro e emergência e que só à custa de muita vontade e de muita solidariedade conseguem sobreviver.

Um caso concreto, no meu distrito, é o da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, que alertou a Federação Distrital de Bombeiros, a Liga dos Bombeiros Portugueses e todas as entidades no sentido de que, a continuar esta situação e a acentuada falta de liquidez, em breve a Associação e o Corpo de Bombeiros Voluntários teriam de deixar de efectuar o transporte de doentes em ambulância, restringido as suas actividades à de socorro e emergência, tal é a situação dramática do ponto de vista financeiro que ali se vive.

Trouxe-vos esta situação concreta, mas poderia multiplicá-la por dezenas de outras associações que se encontram em idênticas situações, em todo o País, e que disso já fizeram eco na comunicação social.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Acentuam-se manifestamente as dificuldades financeiras nas associações que estão sediadas no interior do País, já que aí as deslocações são maiores e os gastos diários enormes, ou seja, dito de outra forma, as contrapartidas financeiras recebidas por estas entidades que prestam um serviço essencial às populações, e que é mal pago através dos serviços de saúde, eleva-se potencialmente pela necessidade dos serviços de ambulância que os idosos requerem constantemente. Ou seja, os serviços de transporte de doente em ambulância têm crescido de forma exponencial nos concelhos do interior, levando à citada degradação.

Acresce que os serviços de saúde pagam hoje a 33 cêntimos o quilómetro da deslocação em ambulância, o mesmo valor que é pago pela função pública no transporte individual, acrescido de valor de saídas e de taxas. Mas, apesar disso, tal é manifestamente insuficiente para manter a situação.

Acontece que uma ambulância requer, no mínimo, uma tripulação de dois elementos, para além de uma quantidade apreciável de equipamento que essa viatura necessita para prestar um serviço de mínima qualidade, e que não tem retorno financeiro, naturalmente. Ora, tal acarreta dificuldades financeiras às associações, acrescidas agora pelo aumento dos combustíveis e ainda pelo atraso nos pagamentos das dívidas dos hospitais e dos centros de saúde.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A situação é, efectivamente, preocupante e o Governo está a lidar com esta situação de uma forma, diria, pouco cuidada.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não é verdade!

O Orador: — Afirma, por um lado, querer resolver esta e outras situações mas, na prática, está a criar um estrangulamento financeiro que pode potenciar o desequilíbrio do sistema do transporte de doentes em ambulância e, consequentemente, todas as actividades de socorrismo e emergência confiadas a bombeiros.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Lembro que o voluntariado é, efectivamente, uma força que não deve ser subestimada. São cerca de 40 000 homens e mulheres, em mais de 460 associações, que desempenham uma actividade de apoio à população, que por todos é reconhecida.

Deixo aqui apenas alguns números para reflexão.

O Orçamento do Estado para 2003 contempla as actividades de protecção civil e bombeiros em Portugal com pouco mais de 70 milhões de euros/ano, mas para financiamento directo às associações esse valor é pouco superior a 20 milhões de euros/ano. Acontece que só o Batalhão de Sapadores de Bombeiros de Lisboa, com cerca de 1000 efectivos profissionais, custa à Câmara Municipal de Lisboa próximo dos 30 milhões de euros anuais!

Tendo em conta estes números, se se substituíssem as acções de voluntariado por profissionais, o Estado teria de suportar encargos da ordem dos 700 milhões de euros anuais, o que seria manifestamente impensável. É, por isso, obrigação deste Governo apoiar e criar as condições para resolução deste problema, ou seja, encontrar novas formas de financiamento.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Assembleia da República aprovou por unanimidade, tendo por base

uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, uma recomendação ao Governo no sentido de melhorar as condições para o combate aos fogos florestais, esse flagelo que anualmente assola o País — é bom lembrá-lo aqui, no Dia da Floresta.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — Para que essa recomendação faça sentido, é necessário que o Governo se empenhe e crie as condições para levar à prática as acções necessárias para atingir tal desiderato.

É evidente que, para além da vontade política, é necessário — eu diria que é fundamental — envolver as associações de bombeiros, os seus comandos e todo o pessoal voluntário, bem como as estruturas da administração central, para que exista uma verdadeira reforma do sistema de bombeiros e protecção civil em Portugal. Mas não é isso que está a acontecer.

O Governo do PSD/PP avançou com a criação de um Serviço de Bombeiros e de Protecção Civil, uma velha aspiração da Liga dos Bombeiros Portugueses e de todas as suas estruturas, substituindo os organismos existentes, ou seja, o Serviço Nacional de Bombeiros e o Serviço Nacional de Protecção Civil, bem como a Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais — situação com a qual estamos de acordo —, mas a lei orgânica que funde os dois serviços e cria o novo é apenas um aglomerado das duas anteriores leis orgânicas, com pouca inovação, pouca operacionalidade, e afastou desta reestruturação o Instituto Nacional de Emergência Médica — o chamado 112 —, o que, em nosso entender, não é correcto, pois os meios de socorro e emergência deveriam estar devidamente interligados, o que não vai acontecer. A gestão integrada do 112 deveria ser uma prioridade.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo manifesta, assim, uma completa ausência de estratégia para este sector. Mas mais: a retirada da autonomia administrativa e financeira dos anteriores serviços, e não atribuída a este novo, cria problemas acrescidos à gestão do novo sistema.

É a morte, sem glória, do próprio Serviço Nacional de Bombeiros. Aliás, o SNB está, já hoje, numa manifesta situação de incumprimento para com as associações e corpos de bombeiros. Neste momento, o Serviço Nacional de Bombeiros tem uma dívida consolidada da ordem dos 8 milhões de euros aos bombeiros, o que irá viciar os orçamentos do novo serviço nos próximos anos.

As dívidas dizem respeito ao reembolso com as contribuições para a segurança social, com a devolução das despesas, com as inspecções das viaturas, com os subsídios de combustíveis e, sobretudo, com as despesas extraordinárias com os fogos florestais do ano passado. Estas últimas traduzem-se num valor global de mais de 2,5 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A estes problemas que atrás ficam enunciados acrescem outros que não são de menor importância, antes pelo contrário.

O Serviço Nacional de Bombeiros comprometeu-se com a criação de 150 grupos de intervenção permanente, mas até agora só foram criados 16, pela manifesta falta de verbas — facto, aliás, que, aquando do debate de Orçamento do Estado de 2003, fiz notar em sede de especialidade.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — A operacionalidade e a prontidão do sistema assenta efectivamente no voluntariado, mas a criação destes grupos permanentes é factor de complementaridade, por um lado, e de estabilidade, por outro. As novas exigências que estão cometidas aos bombeiros exigem uma maior prontidão nos serviços prestados à população, e isso deve estar presente nas decisões a tomar.

Igualmente reafirmei então que a falta de verbas para a manutenção de instalações e construção de novos quartéis conduziria inevitavelmente a situações de carência. Os factos falam por si e são bem demonstrativos.

Quero igualmente reafirmar hoje que urge rever o Estatuto Social do Bombeiro, dando-lhe outro conteúdo no sentido de cativar mais voluntariado, e essa situação também não está presente na reestruturação agora encetada.

Termino como comecei: as associações e corpos de bombeiros são credíveis e prestam um importante serviço às populações, pelo que merecem um melhor tratamento por parte deste Governo. Não bastam palavras mais ou menos coloridas, que são ditas em dias de aniversários de bombeiros, ou noutras datas, e que são manifestamente insuficientes face às carências manifestadas.

É preciso, é necessário, é fundamental que o Governo, este Governo do PSD/PP, olhe para os bombeiros de forma diferente e vá de encontro às suas justas aspirações, que o mesmo é dizer, ir de encontro às necessidades da população. O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tudo fará para que tal aconteça.

Aplausos do PCP e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Aurora Vieira.

A Sr.^a **Aurora Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, como sabe, a causa dos bombeiros, que reconheço ser-lhe tão cara há tantos anos, também a mim me diz alguma coisa. E diz-me porque também sei das dificuldades por que os bombeiros passam e sei da falta de reconhecimento que, muitas vezes, há por parte da população que só se lembra da verdadeira acção dos bombeiros quando tem a casa a arder, quando tem um problema grave e quando nem sempre se consegue acorrer no tempo devido.

Mas também sei, por outro lado, do esforço, principalmente na área do voluntariado, dos homens e das mulheres que se dedicam a estas causas. Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD e a maioria comungam das preocupações que expressou, como penso que sabe.

Também deve saber que a resolução dos problemas financeiros é algo por que os bombeiros há muito reclamam, não só deste Governo, que só está em funções há um ano. Sempre foi um problema grave, para a gestão de tesouraria e para a gestão orçamental dos bombeiros, os atrasos nos pagamentos, como foram os compromissos não cumpridos, com estruturas, com viaturas, com quartéis, que eram prometidos mas que não eram inscritos no Orçamento do Estado.

Falando, por exemplo, a nível do distrito do Porto, do caso dos bombeiros de Ermesinde, houve um protocolo que foi feito em 1999, em que o Estado se comprometia a dar 40 mil contos, verba que só foi inscrita no

Orçamento do Estado para 2003. Mas como este caso temos mais 850 no País!

Sendo este um sector que foi encontrado por este Governo com graves problemas estruturais, quer em termos de equipamento e investimento, quer, sobretudo, em termos de pagamentos correntes, que são esses que fazem a tesouraria dos bombeiros e que podem, a curto prazo, interferir na sua acção e na prestação e acompanhamento que eles fazem à população, eu queria perguntar ao Sr. Deputado o que pensa sobre o acordo que está a ser feito em termos de reestruturação. Creio que, transversalmente, todos os organismos dos bombeiros estão de acordo, pese embora algumas deficiências que o Sr. Secretário de Estado também já expressou publicamente aos bombeiros e a que, dentro de um curto prazo de tempo, tentará obviar, pagando, para já, umas primeiras prestações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. **Rodeia Machado** (PCP): — Sr. Presidente Sr.^a Deputada, de uma forma sintética, quanto às questões da reestruturação que está a ser feita nos bombeiros, disse na minha intervenção que estamos genericamente de acordo com elas, pese embora algumas situações em que somos críticos e que têm a ver com a questão da reforma do INEM, que deveria estar integrada nesta reestruturação de serviços e que era extremamente importante que acontecesse.

Como sabe, as situações de emergência, de socorro, confiadas a bombeiros deveriam estar de uma forma integrada e não da forma desarticulada que existe, com o INEM à parte, mas é uma situação que o Governo não quis assumir.

Desde sempre, os bombeiros têm defendido que o INEM deveria estar integrado de uma forma totalmente diferente daquela que está actualmente, para prestar um melhor e mais atempado socorro às populações. Isso é necessário fazê-lo. Esta é uma primeira questão.

Uma segunda questão, de grande importância, é a do financiamento e a dos atrasos do pagamento das dívidas aos bombeiros. A questão do financiamento tem de ser resolvida, porque, como há pouco disse, é central. Um corpo de bombeiros profissionalizados, no caso de Lisboa, custa 30 milhões de euros por ano à Câmara Municipal de Lisboa mas uma verba idêntica não é sequer inscrita no Orçamento do Estado para pagamento aos 460 corpos de bombeiros que existem a nível nacional. Portanto, há aqui um desequilíbrio enorme que tem de ser resolvido.

A questão do atraso do pagamento das dívidas é manifestamente gravosa. Neste momento, a situação que existe é que os oito milhões de euros em dívida, que se traduzem em 1,6 milhões de contos, são extremamente necessários às associações de bombeiros. Se isso não for pago atempadamente, cria, por um lado, as dificuldades que já referi, mas, naturalmente, cria dificuldades para a própria gestão do sistema que está a ser implementado, da fusão dos dois serviços. Portanto, essa situação tem de ser rapidamente resolvida, com um financiamento que o Governo tem de encontrar.

Quanto às dívidas dos hospitais, trata-se de uma situação dramática para os bombeiros. Como sabe, também já o disse, os serviços têm crescido de forma exponencial,

nomeadamente nas áreas do interior, dado o envelhecimento da população, e o pagamento que é feito pelos serviços de ambulância é manifestamente insuficiente para manter qualquer ambulância. Como sabe, hoje o custo de uma ambulância de tipo médio andarà na ordem dos seis ou sete mil contos e, com equipamento, com tripulação, com pessoal, para que os serviços se efectuem com dignidade, com eficiência e com competência, tem de se pagar também a qualidade da prestação desse serviço.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos o período antes da ordem do dia.

Eram 11 horas e 25 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de prosseguirmos os trabalhos, quero informar a Câmara que deram entrada na Mesa, durante o período de antes da ordem do dia, quatro moções de censura, que já tinham sido anunciadas e que já mandei distribuir pelos grupos parlamentares.

Trata-se das moções de censura n.ºs 1/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo seu apoio ao desencadear de acções militares contra o Iraque de forma unilateral e sem apoio em resolução específica do Conselho de Segurança (PS), 2/IX — Ao XV Governo Constitucional por a guerra contra o Iraque violar a Carta das Nações Unidas e ser realizada à margem e contra o direito internacional (PCP), 3/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo apoio à guerra ilegal dos Estados Unidos da América e do Reino Unido contra o Iraque (BE) e 4/IX — Ao XV Governo Constitucional pela sua atitude de apoio à intervenção militar dos Estados Unidos da América contra o Iraque à margem de qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Os Verdes).

As moções serão agendadas para a sessão da próxima quarta-feira.

Srs. Deputados, vamos começar por apreciar a petição n.º 6/IX (1.ª) — Apresentada por Maria Eugénia Quintela e outros, solicitando que a Assembleia da República desenvolva esforços, junto do Governo, no sentido do restabelecimento do Instituto de Inovação Educacional, reque-rendo informação sobre a justificação da extinção do referido Instituto, bem como sobre a política subjacente e suas implicações para os agentes educativos.

Tal como ficou combinado em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, cada grupo parlamentar disporá de 3 minutos para intervir sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Antunes.

O Sr. Carlos Antunes (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Tal como em tudo na vida, tudo tem o seu tempo — é assim com as pessoas e também com as organizações e com as instituições. Vivemos numa sociedade em permanente evolução, em que as instituições não se devem deixar ultrapassar pela dinâmica imposta por novas exigências e solicitações dos utentes ou destinatários das referidas instituições. Assim, seria impensável extinguir o Ministério da Educação, mas é aceitável e até louvável ajustar e adaptar o funcionamento do Ministério da Educação a novas exigências de forma a que dê respos-

ta adequada aos fins para que foi criado, tornando-se desta forma mais ágil e eficaz na prossecução dos objectivos a que se propõe, evitando até a sobreposição e dispersão de competências entre vários serviços do Ministério da Educação.

É compreensivo e lógico que algumas reformas na administração educativa conduzam a uma inevitável reestruturação de serviços, por força do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, Lei Orgânica do Ministério da Educação, que contribui para a implementação da opção estratégica do XV Governo Constitucional, que assume uma nova visão para as políticas de desenvolvimento e gestão dos recursos, visão essa que implica novas competências e novos processos, o que vem valorizar e dignificar o papel de todos os intervenientes, pressupondo ainda o desenvolvimento da autonomia do sistema aos vários níveis de intervenção.

Reconhecendo todo o mérito no desempenho do Instituto de Inovação Educacional, reconhecemos também que a inovação educacional deve percorrer transversalmente todo o sistema educativo e toda a comunidade científica, carecendo de fomento e incentivo público, pelo que não deve estar sujeito a qualquer tipo de dirigismo. Nesta perspectiva, não nos parece que a extinção do Instituto de Inovação Educacional tenha prejudicado os objectivos que prosseguia; antes, com esta nova filosofia de actuação, é possível percorrer, de forma transversal, todo o sistema educativo e toda a comunidade científica. Reformar e modernizar pressupõe actuar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Benavente.

A Sr.ª Ana Benavente (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A apreciação desta petição marca um momento triste na história da educação em Portugal. E não tenho dúvidas de que quando o Governo PSD/CDS-PP deixar de existir a extinção do Instituto de Inovação Educacional ficará como uma das marcas negativas da sua acção.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Muito bem!

A Oradora: — O Instituto de Inovação Educacional foi criado em 1987, após a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, para responder às necessidades de mudanças consequentes, planeadas e acompanhadas. Herdou, então, o espaço e o nome de um importante pedagogo português, António Aurélio da Costa Ferreira, e foi isso mesmo que ditou a sua extinção — o nome! Designado como instituto, a designação determinou o seu fim, embora não tivesse nenhum dos atributos de autonomia que caracterizam tais organismo por contraponto às direcções-gerais. O Instituto de Inovação Educacional nasceu porque fazia falta à construção da qualidade educativa; foi extinto por ignorância — chamava-se instituto e ninguém, na lista apressada de institutos que elaboraram, aprofundou a situação.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Quem não sabe...!

A Oradora: — O Instituto de Inovação Educacional foi extinto sem avaliação da sua actividade, sem análise das

suas funções, sem leitura das consequências do seu desaparecimento!

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Precipitação!

A Oradora: — Sabemos que é mais fácil extinguir do que construir, que é mais fácil acabar com um serviço do que criá-lo, porque criá-lo não é só pô-lo no papel, e o Instituto de Inovação Educacional levou vários anos até consolidar a sua identidade, a sua competência, a sua acção e o seu reconhecimento. Muitos anos de trabalho de muita gente desaparecem num ápice, e o Ministério da Educação não justificou, não explicou, não fundamentou a sua decisão a todos aqueles — e foram milhares — que se indignaram com tal decisão.

Mas o que fazia o Instituto de Inovação Educacional? Não era um serviço de rotina nem de controlo, era um serviço que apoiava directamente as escolas e os seus profissionais, e isso traduzia-se no seu orçamento, em que a grande fatia tinha a ver com o apoio à qualidade educativa nas escolas. Apoiava as boas práticas, conduzia projectos pioneiros, tanto a nível nacional como internacional, nomeadamente na educação para os *media*, na educação para a cidadania e em tantos outros domínios; publicava trabalhos de investigação e estudos, estabelecendo uma relação, que faz falta, entre o ensino superior e o ensino básico e secundário; apoiava a investigação nas escolas, organizava mostras e feiras pedagógicas, punha em contacto escolas empenhadas em trabalhar melhor; promovia a produção de materiais úteis para a qualidade educativa. Não tenho dúvidas em afirmar que o Instituto de Inovação Educacional era um balão de oxigénio na vida das escolas.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Mas, para além de tudo isto, o Instituto de Inovação Educacional tinha conquistado uma credibilidade institucional de que poucos podem orgulhar-se, para além dos governos e das suas políticas. Não era, naturalmente, um organismo sem falhas ou defeitos, mas nada autorizava esta ruptura, nada fazia crer tal descontinuidade de acção, sobretudo num momento em que as escolas se confrontam com desafios em novas áreas curriculares e em que é urgente ensinar mais e melhor.

É por tudo isto que nos indigna que se desperdicem, no país que somos, tantos meios e competências e se desperdice, como dizem os peticionários, um capital de experiência.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — As respostas educativas do passado não podem responder às necessidades do mundo de hoje, por mais novas tecnologias que o Governo lhes acrescente. É por isso que a inovação educacional tem de ser levada a sério, promovida, acompanhada e avaliada. Com a extinção do Instituto de Inovação Educacional pela acção do vosso Governo, a educação ficou mais pobre e o PS associa-se aos mais de cinco mil signatários desta petição, lamentando profundamente a decisão governativa da qual, mais tarde ou mais cedo, vão ter de prestar contas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A petição que hoje discutimos tem a ver com a extinção do Instituto de Inovação Educacional.

Obviamente que não está causa a legitimidade dos peticionantes nem a opinião que têm aqueles que entendem que foi uma opção errada acabar com este Instituto. Acontece, porém, que ninguém pode questionar a legitimidade que tem um governo, quando assume funções, de estruturar um ministério — neste caso, da Educação — da forma que entende que é mais eficaz.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Não entendi! Foi a Ministra das Finanças!

O Orador: — Esta questão podia terminar por aqui e podia, obviamente, resumir-se a uma nova estruturação do Ministério da Educação perfeitamente legítima que não englobasse um instituto com estas características. Mas, sinceramente, entendemos que ela é muito mais do que isso, porque esta questão foi discutida — inclusivamente, em sede de Comissão de Educação, Ciência e Cultura — e confesso que, da parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ficámos muito mais convencidos das razões para a extinção deste Instituto, depois de ouvirmos os seus antigos responsáveis e depois de avaliarmos essa discussão.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Vozes do PS: — Mas avaliar o quê?!...

O Orador: — Porque, sinceramente, da audiência com os responsáveis do Instituto da Inovação Educacional, não conseguimos perceber, tirando a questão das mostras e das feiras — ou da «feira de vaidades» que percorria toda esta realidade da educação em Portugal...! —...

Protestos do PS.

... qual era o verdadeiro objecto — que não o objectivo, porque esse conhecemo-lo nós e decorria da lei — da actividade deste mesmo Instituto.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Mas que ignorância!...

O Orador: — Isto porque era um Instituto que centrava a sua actividade em debates entre professores, em reflexões entre professores que produziam para o sistema «zero» ou «quase zero»!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, foi exactamente pelo facto de o nível de produção deste Instituto ser praticamente nulo para a realidade da educação em Portugal que entendemos que a transversalidade que é necessária para uma política de inovação na área da educação é assegurada pela actual Lei Orgânica.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — E o senhor não sabe?

O Orador: — Sr. Deputado Paulo Pedroso, em relação a essa questão de quem «não sabe», os senhores deveriam ter alguma humildade, porque já aqui foi dito, mais de uma vez, que em matéria de institutos, pelo menos, os senhores não souberam ter humildade na própria criação dos mesmos uma vez que por tudo e por nada criavam institutos!

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — E o senhor não sabe que este Instituto é de 1987?

O Orador: — Portanto, em relação a «não saber», prestaremos contas daqui a cerca de três anos. Os senhores já prestaram, nós avaliamos, e foi o povo português que disse que os senhores não souberam fazer muita coisa e por isso passaram para a oposição. Mas alguma humildade faria sentido não só nesta área como também noutras...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De facto, este Governo, quando ouve falar em investigação, reflexão e disseminação de boas práticas, puxa logo da calculadora!...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Ninguém falou em dinheiro!

O Orador: — É um automatismo, é quase uma reacção pavloviana!

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, este era um Instituto ágil, pequeno, com um orçamento relativamente reduzido e que produziu bons resultados.

A Sr.^a Ana Benavente (PS): — Exactamente!

O Orador: — Que o digam as escolas portuguesas, que o digam os investigadores portugueses, que o digam os próprios alunos.

O estudo das boas práticas é absolutamente essencial para que, estudando-as em profundidade, possam as mesmas ser transpostas para outros contextos. É assim também que se faz a qualidade.

E se há tanta preocupação com a qualidade, não se percebe por que razão, por critérios meramente de mercadoria contabilística da Sr.^a Ministra Ferreira Leite, foi extinto este Instituto.

Esta é uma decisão errada! Infelizmente, a maioria parlamentar não tem a suficiente flexibilidade ou autocritica para recuar nas decisões que toma. Por isso, esta petição é, infelizmente também, um *requiem* pelo Instituto de Inovação Educacional.

Protestos do CDS-PP.

Porque, caso os Srs. Deputados não o saibam, é através de publicações, é através de colóquios,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Colóquios?!...

O Orador: — ... é através de situações de experimentação e de investigação/acção, é em seminários. é através de livros que, de facto, se disseminam a qualidade e a inovação.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Seminários?!... Mas não é preciso um instituto para isso!

O Orador: — A inovação é fundamental (o que, aliás, faz parte do discurso do Governo) para modificar a situação existente. Caso contrário, reproduziríamos as rotinas e as velhas práticas.

Mas parece que há, de facto, um horror a tudo o que soe a investigação — a tudo o que soe a ciência, a tudo o que soe vagamente a intelectual, este Governo tem, à partida, esse mecanismo de profunda desconfiança.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo é pena e é lamentável que um Instituto como este, que tinha inclusivamente uma execução orçamental bastante elevada, ou seja, gastava as verbas que lhe eram conferidas — e que não eram muitas, eram uma «gota de água» no orçamento do Ministério da Educação —, que tem uma série de produtos que podem ser avaliados e não o foram e que teve, inclusivamente, repercussões no quotidiano das escolas e no quotidiano da acção pedagógica, venha a ser extinto.

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Quais?...

O Orador: — É um sinal de miopia! Mas, infelizmente, não há suficiente capacidade de recuar por parte desta maioria, mesmo quando reconhecem (como já houve casos) que as decisões são erradas. É uma triste maneira de se fazer política!

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A petição relativa à extinção do Instituto de Inovação Educacional subscrita por inúmeros professores de todos os graus de ensino afirma na sua sustentação que o Instituto — penso, aliás, que esta é uma informação que os Srs. Deputados do CDS-PP não conhecem... — foi criado em 1987 e tem exercido competências no apoio a projectos de pesquisa, a acções de formação, à publicação de obras relevantes, à avaliação do sistema e das aprendizagens e à produção de materiais pedagógicos.

Vozes do PCP: — Bem lembrado!

A Oradora: — Tem formulado parcerias com as Universidades, com as escolas superiores de educação e outras instituições de formação e investigação.

A petição é tão-só mais um exemplo da governação em matéria educativa.

Na política do extinguir, fundir e encerrar não foi dado tempo a qualquer processo de avaliação das infra-estruturas entretanto saneadas. O Instituto de Inovação Educacional foi exactamente um dos alvos que deixou surpreendidos

não só os docentes mas também as escolas, parceiros destes mesmos objectivos do Instituto, e ainda a sua Presidente, que, em reunião em sede da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, afirmou que esta extinção foi concretizada sem qualquer fundamentação, sem qualquer avaliação e sem qualquer justificação — inclusivamente, o Instituto de que estamos a falar não se enquadra nas razões que sustentavam as extinções previstas no Programa do Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

A **Oradora**: — Passo a referir essas mesmas razões: a extinção ou reconversão dos institutos públicos e do Governo e serviços autónomos cujas finalidades se tenham revelado obsoletas, desadequadas ou sobrepostas com outros serviços do Ministério da Educação.

Ora, este Instituto, vocacionado para a inovação, para a pesquisa e interacção com as escolas e os professores, não pode nunca ter as suas funções e finalidades esgotadas!

Vozes do PCP: — Exactamente!

A **Oradora**: — Ainda aquando da audiência concedida à Comissão fomos informados de que este Instituto era o único que fazia formação nas escolas, através de programas no âmbito da educação para os *media*, para a educação ambiental, para a educação do património, para além do apoio a crianças e a jovens com necessidades educativas especiais, e até para a inserção na vida activa de jovens com deficiências mentais profundas.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Isso, para a maioria, são «trocós»!

A **Oradora**: — Estamos a falar, Srs. Deputados do PSD e do CDS-PP, de áreas que durante este anos de governação desta coligação têm sido alvo de enormes restrições orçamentais, particularmente o ensino especial.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É verdade!

A **Oradora**: — Este ano lectivo milhares de crianças não tiveram acesso ao ensino especial no nosso país.

Vozes do PCP: — Uma vergonha!

A **Oradora**: — A poupança em educação sai cara! Quando falamos de investigação e de qualificação, poupar é cegueira! E os Srs. Deputados e o vosso Governo são cegos!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Por não ser cego, vou poder ler, exactamente, o que diz o Decreto relativo à Lei Orgânica do Ministério da Educação, para provar que em circunstância alguma o Ministério da Educação justificou a extinção deste Instituto por razões financeiras.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Portanto, é fundamental que se esclareça, pois aparecem aqui algumas Sr.^{as} Deputadas, por um lado, a dizer que os Deputados da maioria são ignorantes, cegos e tudo e mais alguma coisa — já conhecemos esse discurso, é o discurso oficial da sexta-feira — e, por outro lado, em relação às suas próprias opiniões, qualquer opinião, ainda que falsa, está perfeitamente avalizada como se fosse uma verdade absoluta.

O que diz a Lei Orgânica do Ministério da Educação é o seguinte: «É determinada a extinção do Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira, sobretudo pela convicção de que a inovação educacional, sendo um processo do maior mérito, deve percorrer transversalmente todo o sistema educativo e toda a comunidade científica. Carecendo de fomento e incentivo público, não pode ainda assim estar sujeita a qualquer tipo de dirigismo.»

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Dirigismo?!...

Risos do PCP.

O **Orador**: — Dito isto, Srs. Deputados, a extinção deste Instituto não teve absolutamente nada a ver com razões financeiras.

Por outro lado, mais uma vez ficou por provar neste debate, como até aqui, o que é o Instituto teve de produtivo nos 15 anos de vida para o sistema educativo. Não é para o próprio Instituto, porque para o próprio Instituto nós sabemos o proveito que teve, mas para a educação. Gostava de saber o que é que é que melhorou na educação em Portugal graças a esse Instituto.

Vozes do CDS-PP: — Zero!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Vá ver ao Dicionário de António Aurélio da Costa Ferreira o que é que quer dizer «dirigismo»!

O Sr. **Presidente**: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Sr. Presidente, é só para registar que a ingenuidade ou a pretensa ingenuidade da maioria é comovente. Ou seja, para provarem os seus argumentos vão ler aquilo que o Governo escreveu, como se entre o discurso e as práticas deste Governo não houvesse um imenso fosso que já toda a gente conhece! Por isso é comovente esta ingenuidade. Ficamos a saber que os seus argumentos são os argumentos oficiais que vêm publicados pelo Governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas, então, queria que fosse o quê?...

O **Orador**: — É óbvio que o Governo não vai justificar aquilo que são os seus reais intentos, dizendo cruamente e com a verdade, porque, infelizmente, a verdade não tem sido a linguagem deste Governo!

Vozes do BE e do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à apreciação conjunta das petições n.ºs 13/IX (1.ª) — Apresentada pela Comissão Nacional dos Expedicionários a Timor, solicitando que os ex-expedicionários a Timor, no período antes do 25 de Abril de 1974, sejam abrangidos no âmbito de aplicação da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, e 14/IX (1.ª) — Apresentada pela Confederação Sindical Independente do Luxemburgo, solicitando que o âmbito de aplicação da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, seja alargado, por forma a abranger no seu âmbito de aplicação todos os ex-militares, bem como os emigrantes portugueses.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isménia Franco.

A Sr.ª **Isménia Franco (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Estamos aqui hoje para discutir e votar as petições n.ºs 13/IX e 14/IX, apresentadas a esta Câmara, respectivamente, pela Comissão Nacional dos Expedicionários a Timor e pela Confederação Sindical Independente do Luxemburgo, apensadas pelo motivo da identidade do seu objecto, já que ambas são relativas à contagem do tempo de serviço militar, reclamando, em consequência, o alargamento da aplicação aos respectivos peticionantes da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, diploma que comprova e aprova o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar destes combatentes para efeitos de aposentação e de reforma.

Com efeito, pretendem os ex-expedicionários a Timor no período antes de 25 de Abril de 1974, mobilizados por imposição legal, ser abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, sendo-lhes contado esse tempo de serviço militar para efeitos de aposentação ou reforma, do mesmo modo que reclamam os emigrantes portugueses a aplicação daquele regime legal a todos os ex-militares, combatentes no ultramar ou não, de forma a que, nos países onde trabalham, efectuem os respectivos descontos e possam beneficiar desse tempo de serviço comprovado pela segurança social portuguesa para efeitos de reforma.

No âmbito da discussão destas petições impõe-se, em primeiro lugar, realçar a justeza — mais, a justiça — das causas que lhes estão subjacentes e que, julgamos, é por todos reconhecida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Trata-se de um problema sério que necessita, efectivamente, ser resolvido, porquanto é gerador de um tratamento diferenciado de situações que, no seu âmago, são idênticas, e por isso merecedoras de um acompanhamento empenhado por parte do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora**: — Assim, na linha de coragem e determinação que tem caracterizado a acção deste Governo, acreditamos que equacionará esta questão com a mesma coragem, determinação e sensibilidade social que lhe é peculiar, características estas já reveladas a propósito de outros problemas de igual melindre e delicadeza.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. **Marques Júnior (PS)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No âmbito das declarações para efeitos de registo de interesses, e uma vez que uma das petições se refere a ex-combatentes, eu também me declaro como ex-combatente.

Em relação a esta matéria, gostaria de dizer o seguinte: a Assembleia da República é chamada a analisar hoje em Plenário as petições n.ºs 13 e 14/IX, da iniciativa da Comissão Nacional dos Expedicionários a Timor e da Confederação Sindical Independente do Luxemburgo.

Na petição n.º 13/IX é solicitado que os ex-expedicionários a Timor, no período antes de 25 de Abril de 1974, sejam abrangidos no âmbito da aplicação da Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, e na petição n.º 14/IX é solicitado que o âmbito da aplicação da mesma lei seja alargado por forma a abranger no seu âmbito de aplicação todos os ex-militares, bem como os emigrantes portugueses.

Como todos sabem, na última legislatura, foi aprovada uma lei, por unanimidade, a Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, que surgiu de um texto subscrito pelo PS e pelo CDS-PP, que regula o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma. Esta Lei representa o reconhecimento, embora tardio, do Estado português a todos aqueles que, no auge da sua juventude, ao serviço de Portugal, se sacrificaram e correram riscos, em alguns casos incluindo o da própria vida, ficando muitos deles com traumas para toda a vida e que, ainda hoje, afectam as suas próprias famílias.

Havia que fazer algo e foi isso que a Assembleia da República procurou fazer com a lei que hoje se questiona neste debate.

O PS reconhece que a lei em causa não respondeu a todos os objectivos a que se propunha e que, em alguns casos, existem mesmo contradições na própria lei, nomeadamente quando, no quadro dos ex-combatentes, não considera aqueles — emigrantes, advogados, bancários e outros — que nunca descontaram para Caixa Geral de Aposentações ou para o regime geral da segurança social e que, por esse facto, ficam à margem da lei, em violação, pelo menos, ao espírito da mesma. O PS reconhece esta situação e tem praticamente pronto um projecto de lei que procura responder a algumas destas questões.

Gostaria, a propósito da petição subscrita pelos emigrantes, de fazer uma referência ao facto de o Deputado Carlos Luís não estar, nestas circunstâncias, a usar da palavra em nome do PS, por ser a voz dos emigrantes na Assembleia da República, como ele próprio tem afirmado, por estar ausente no estrangeiro.

Fomos também informados, face às muitas diligências que temos feito, de que o Governo também está a estudar uma proposta de lei que espera responda ao conjunto das promessas que têm sido feitas a todos aqueles que têm questionado a Lei n.º 9/2002 (e têm sido muitas!) e não só aos subscritores desta petição.

Pela nossa parte estamos disponíveis para, em conjunto, confrontado o nosso projecto de lei com aqueles que venham a ser apresentados, nomeadamente com a proposta de lei do Governo — o próprio PCP já apresentou, entretanto, um projecto de lei que altera a Lei n.º 9/2002, no sentido das petições —, de modo a encontrarmos uma solução que satisfaça a generalidade das preocupações quer dos subscritores da petição quer de todos os outros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS, enquanto no Governo, orgulha-se de, numa situação financeira muito difícil, ter assumido a responsabilidade de aprovar a Lei n.º 9/2002.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine, pois esgotou o seu tempo.

O **Orador**: — Termino já, Sr. Presidente.

O PS, agora na oposição, tudo fará para, com o mesmo sentido da responsabilidade, corrigir a lei que aprovou, reconhecendo que ela tem lacunas que urge corrigir.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.ª **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A Assembleia da República aprovou, no final da anterior legislatura, a Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes para efeitos de aposentação e reforma. O PCP votou favoravelmente esta Lei, aprovada, de resto, por unanimidade, sem deixar de sublinhar a sua discordância relativamente a alguns aspectos.

Da redacção desta lei resultou uma injustificada redução do universo de beneficiários a abranger. Entendíamos na ocasião, e continuamos a entender hoje, que o universo dos beneficiários deve abranger todos os militares do serviço militar obrigatório que prestaram os respectivos períodos de serviço militar até final de 1975.

Por outro lado, parece ser evidente que a contagem do tempo de serviço militar efectivo ou a consideração da prestação de serviço em condições especiais de dificuldade ou perigo decorre intrinsecamente dessas circunstâncias e não de considerações acerca do sistema de protecção social a que o ex-militar estava ou está vinculado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Finalmente, outro desses aspectos advinha do facto de a garantia de igual tratamento que deveria ser dispensada aos portugueses residentes no estrangeiro, resultante da sua situação específica, não surgir devidamente assegurado no articulado que a lei que acabei de referir consagrou.

Por estes motivos o PCP apresentou, no final de 2001, na Comissão de Defesa Nacional, propostas de alteração que foram recusadas quer pelo PS quer pelo PS e CDS-PP conjugadamente. O PSD votou favoravelmente as duas propostas de alteração apresentadas pelo PCP, justificando a sua posição por reconhecer que o texto final acabava por consagrar uma solução discriminatória injusta.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora aí está!

A **Oradora**: — Nesta mesma ocasião, o CDS-PP, que negociou conscientemente com o Partido Socialista uma lei de âmbito restritivo anunciou no final que se disponibilizava para alterar a Lei na próxima legislatura.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É esta!

A **Oradora**: — Depois disso, Deputados de vários partidos assumiram o compromisso junto de várias comunidades de emigrantes portugueses de apresentar na Assembleia da República propostas que correspondessem às suas justas reivindicações. Foi, porém, o PCP, até à data, o único partido a honrar os seus compromissos, apresentando um projecto de lei, que aguarda apreciação por esta Assembleia, que visa: abranger no regime da Lei n.º 9/2002 todos os cidadãos nacionais que prestaram serviço militar durante o período da guerra colonial, independentemente do local da prestação desse serviço; não excluir, como o fizeram o PS e o CDS-PP, do cálculo das quotizações e das pensões quem desconta ou descontou para sistemas privativos de segurança; e adaptar o regime da Lei n.º 9/2002 à situação específica dos emigrantes, considerando, para efeitos de cálculo das quotizações para a Caixa Geral de Aposentações e das contribuições para a segurança social, a data da primeira inscrição no regime de protecção social do país de acolhimento naqueles casos em que o ex-combatente não era subscritor ou beneficiário em Portugal à data da incorporação no serviço militar e determinado a adaptação do Mapa anexo à Lei n.º 9/2002 ao poder de compra e nível salarial praticados no estrangeiro, com vista a calcular de modo justo a percentagem das quotizações ou contribuições que ao Estado português cabe financiar.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, peço-lhe que termine, pois já esgotou o seu tempo.

A **Oradora**: — Termino, Sr. Presidente, dizendo que o Partido Comunista Português cumpriu aquilo com que se comprometeu. Cabe aos restantes partidos fazerem o mesmo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Agora é que vamos ver!

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A matéria destas duas petições apresentadas, a primeira, pela Comissão Nacional dos Expedicionários de Timor e, a segunda, pelas Confederação Sindical Independente do Luxemburgo, foi analisada na anterior legislatura como resultado da apresentação de dois projectos de lei, um do Partido Social-Democrata e outro do CDS-PP... Portanto, devolvo-lhe a crítica.

Foram as nossas duas bancadas que apresentaram projectos de lei sobre esta matéria na anterior Legislatura e não o Partido Comunista Português...

O Sr. **Miguel Paiva** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — ... e, depois, com o acordo do Partido Socialista, porque o CDS-PP condicionou a aprovação da anterior LPM à negociação desta matéria, a lei foi aprovada. Portanto, o CDS-PP tem muito orgulho do trabalho que fez. Foi o CDS-PP que apresentou o projecto de lei na anterior legislatura e não o PCP, e foi também o CDS-PP que, depois, negociou com o Governo esta matéria.

Portanto, nesta matéria estamos perfeitamente esclarecidos sobre quem é que teve a iniciativa e quem é que melhor defendeu os interesses dos ex-combatentes.

Segundo aspecto: nessa discussão que foi feita, o CDS-PP manifestou, desde logo, a intenção de resolver os problemas que existiam. E, a este respeito, gostava de lembrar que o único problema que foi referido quando se votou a lei foi a questão dos emigrantes e não o dos subsistemas da segurança social. Em relação a esta última, fomos alertados, já nesta Legislatura, pelos bancários e por outros subsistemas que existem, de que não eram abrangidos pela lei. E foi nesta Legislatura que os partidos manifestaram a intenção de resolver a questão.

Portanto, este alerta sobre a questão dos subsistemas de segurança social que não eram abrangidos pela lei — e, de facto, a lei tem de ser igual para todos — foi-nos feito pelos responsáveis desses mesmos grupos na Comissão de Defesa Nacional nesta Legislatura. Apenas a questão dos emigrantes é que foi, de facto, levantada depois por vários Deputados, nomeadamente pelo Deputado João Amaral na Comissão de Defesa Nacional, em que o CDS-PP se pronunciou que iria tentar resolver a questão.

Também gostaria de informar a Câmara da resposta a uma pergunta feita por mim ao Governo, através de requerimento, em que me foi dito pelo Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, como também já aqui foi referido pelo Sr. Deputado Marques Júnior e pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, que essa questão está em análise e que o Governo vai também trazer uma proposta de lei não só com a extensão desta lei aos emigrantes, que, obviamente, também têm de beneficiar dela, mas também para resolver a questão dos subsistemas dos bancários e outros que não ficaram abrangidos pela lei, porque quando ela foi feita não se equacionou esta questão, não porque não defendêsemos isso mas porque achámos que a lei abrangeria o máximo de gente possível. Temos de recordar que, na época, na década de 60, não havia tantos subsistemas organizados em relação a descontos.

A lei, como todos sabemos, abrange não só quem contribuiu para a Caixa Geral de Aposentações e para o regime de segurança social como também as pensões rurais, ou seja, pessoas que, até 1975, não descontaram para qualquer sistema de segurança social. Portanto, era uma lei que, a nosso ver, abrangeria muita gente, cerca de 95 % do número de pessoas envolvidas.

Vamos, portanto, corrigir a lei, e o Governo já manifestou essa disponibilidade. Existe aqui um largo consenso. Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, graças a Deus que há um largo consenso de todos os partidos, do BE, do PCP, de Os Verdes, do PS, do PSD e do CDS-PP. Nós aprovámos esta lei por unanimidade e estas alterações também serão feitas por consenso. É isso que é positivo.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, como não há mais inscrições, dou por encerrado o debate das petições n.^{os} 13 e 14/IX.

De acordo com o que dispõe o Regimento, comunicarei aos primeiros subscritores os relatórios que foram elaborados pelas comissões competentes e o teor do debate que hoje teve lugar.

Relativamente à questão suscitada por cidadãos ex-combatentes no período anterior ao 25 de Abril, o que se

conclui deste debate é que está em preparação legislação que vai ao encontro das reclamações justamente apresentadas.

Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária realizar-se-á quarta-feira, dia 26, às 15 horas, tendo como ordem de trabalhos o debate das moções de censura n.^{os} 1/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo seu apoio ao desencadear de acções militares contra o Iraque de forma unilateral e sem apoio em resolução específica do Conselho de Segurança (PS), 2/IX — Ao XV Governo Constitucional por a guerra contra o Iraque violar a Carta das Nações Unidas e ser realizada à margem e contra o direito internacional (PCP), 3/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo apoio à guerra ilegal dos Estados Unidos da América e do Reino Unido contra o Iraque (BE) e 4/IX — Ao XV Governo Constitucional pela sua atitude de apoio à intervenção militar dos Estados Unidos da América contra o Iraque à margem de qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Os Verdes), apresentadas durante a sessão de hoje.

Assinalo que, na próxima quarta-feira, teremos a 100.^a sessão plenária desta IX Legislatura e, por ser uma sessão tão assinalada, vai ser a primeira em que debateremos moções de censura ao Governo.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 12 horas.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
Maria Teresa da Silva Morais
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
Vitor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
Laurentino José Monteiro Castro Dias

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte

Partido Socialista (PS):

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado

António Joaquim Almeida Henriques
Eduardo Artur Neves Moreira
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Jorge José Varanda Pereira
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
Luís Filipe Soromenho Gomes
Maria Elisa Rogado Contente Domingues
Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa
Antero Gaspar de Paiva Vieira
António José Martins Seguro
Carlos Manuel Luís
Fernando Manuel dos Santos Gomes
Fernando Ribeiro Moniz

Francisco José Pereira de Assis Miranda
João Rui Gaspar de Almeida
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
José Manuel de Medeiros Ferreira
Luís Manuel Carvalho Carito
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque

Partido Popular (CDS-PP):

Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85



IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso. € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 1,20

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa.